

**Clipping**  
**10 e 11.01.2009**

Os nós da educação .....	1
“2008, o ano que enfim terminou” .....	2
Por falar em educação .....	4
Senadores gastaram R\$ 10,9 milhões .....	4
Aprovadas audiências à distância .....	5
Salva-vidas civis fazem paralisação.....	5
Boeing anuncia corte de 4,5 mil vagas .....	6
Petrobras não vai adiantar a PLR.....	6
Ajufergs participa do Fórum Mundial de Juízes.....	6
STF mantém decisão que deve dispensar 263 servidores do judiciário de MT .....	6
'Não é exagero falar em crimes contra a Humanidade' .....	7
Um terço das indústrias pretende demitir .....	8
Setor de máquinas é o que mais deve cortar .....	8
Argentinos se preparam para mais uma crise. A sexta desde 1975 .....	10
Embate com militares no RS foi embrião do MST, que fará 25 anos.....	10
Coronel Curió avalia que cumpriu sua missão e se compara a Napoleão.....	11
Aqueles que querem comer o mundo: as corporações 2008.....	12
Uma enxurrada de demissões'. Sindicalistas pedem ‘uma acalmada’ dos empresários .....	14
GM dá férias coletivas em São José dos Campos .....	15
Demissão nos EUA é pior em 63 anos.....	16
Redução da jornada de trabalho e do salário. Proposta inócua e inconsistente .....	17
Empresa que torturou vigilante pagará indenização de R\$ 36 mil .....	18
Shell e Basf devem pagar plano de saúde vitalício para expostos a contaminação .....	18
Justiça considera acidente de trabalho lesão em jogo de futebol de empresa.....	20
Frente promete mobilização pelo piso dos professores em 2009.....	21
TVs comunitárias querem apoio estatal para garantir espaço no sinal aberto .....	22
Fenaj quer retomar debate sobre Conselho de Jornalistas .....	23
Ibope aponta Record como segundo lugar na audiência na média de 2008 .....	24
Sindicato do Piauí pede fiscalização em empresas de comunicação .....	24
Jornalistas franceses entram em greve contra reforma em TVs públicas .....	25
Mariza diz ao povo que fica.....	25
Rosane de Oliveira - Veto já está no Diário Oficial .....	26
Expectativa de captação de até R\$ 10 bilhões .....	26
26 PMs são indiciados por tortura e morte .....	26
Yeda garante carta branca e Mariza fica na Educação.....	27
Cpers mantém as críticas à secretária .....	27
Prefeitura de Gramado demite 25 CCs .....	27
Piso do Magistério já vale.....	27
Professores farão ato no Cassino .....	28
EUA elimina 2,6 milhões de postos.....	28
Petrobras vai verificar suspeita de propina .....	28

### Os nós da educação

Permanência de secretária no cargo dá início a discussão sobre reforma no ensino público  
A decisão da secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, de permanecer no governo Yeda Crusius reacende o debate em torno de um ambicioso projeto de reformas na gestão do ensino público gaúcho.

Mariza anunciou na sexta-feira que fica, depois de uma semana de indecisões. Sua permanência preserva e fortalece um conjunto de medidas em estudo que mexem com o plano de carreira do

magistério, critérios para escolha de diretores e até avaliações de desempenho que podem resultar em premiação em dinheiro para os professores.

O vértice da revolução que a Secretaria Estadual da Educação (SEC) pretende implantar nas escolas é a reforma do plano de carreira – um requisito do Banco Mundial na negociação do empréstimo de US\$ 1,1 bilhão para o Rio Grande do Sul. Considerado ultrapassado pela secretária e uma conquista da categoria pelo Cpers/Sindicato, o plano elaborado na década de 70 admite a incorporação de gratificações à aposentadoria e rendimentos até 100% maiores conforme o nível de formação do educador.

Mais do que mexer no salário dos educadores, o plano tem impacto em áreas como a participação dos aposentados no orçamento da pasta, a forma de avaliar e premiar o desempenho dos professores e a gestão das escolas.

A estratégia da SEC para reformar as bases do ensino gaúcho e resgatar padrões de qualidade perdidos nas últimas décadas provoca reações variadas e envolve amplos setores da sociedade. Consultora do Ministério da Educação (MEC), a psicóloga Maria da Penha Azevedo não acredita em melhoria sem mudanças profundas de gestão. A serviço do MEC, ela percorreu dezenas de municípios em 2007 e 2008 e constatou que localidades com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) têm, inevitavelmente, gestões precárias:– Os diagnósticos reforçam que tudo passa pela gestão.

Ex-secretária de Educação de Palmares do Sul, enfrentou o desafio da reforma no município de 12 mil habitantes ao implantar a avaliação de professores como condição para promoções, eliminar gratificações e melhorar salários, em 2002.

Para a professora Naura Syria Carapeto Ferreira, doutora em Educação pela PUC de São Paulo, porém, muitas mudanças na forma de gerir o ensino acabam contaminadas por práticas de administração empresarial. Não dá certo, segundo ela, transferir para a educação sistemas de gestão que buscam qualidade e produtividade sem levar em conta a realidade de escolas, professores e alunos.– Empresas objetivam o lucro, educação objetiva a formação humana – diz Naura, autora de livros sobre gestão na educação.

Naura considera um erro estabelecer gratificação por produtividade:– Como aplicar a premiação sem levar em conta as condições da escola, como os professores se formaram, o número de alunos em sala de aula, os estímulos da secretaria?

Embora a SEC garanta que fatores como esses serão levados em consideração, a medida é repudiada pelo Cpers/Sindicato por considerá-la uma ameaça a políticas salariais mais abrangentes e duradouras.

Nesta e nas páginas seguintes, Zero Hora apresenta um painel do que o governo do Estado pretende colocar em debate em 2009 nas escolas públicas estaduais e o que está em jogo em cada ponto da polêmica reforma.

ZERO HORA

“2008, o ano que enfim terminou”

Nada mais parece abalar Yeda Crusius desde que o Ministério Público anunciou, no dia 5 de dezembro, o arquivamento da investigação que apurou eventuais irregularidades na compra de sua casa, localizada na Vila Jardim, em Porto Alegre. A governadora diz ter sido um bálsamo ouvir do procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, que era necessário estabelecer a respeitabilidade das pessoas investigadas – ela própria, o marido, Carlos Crusius, o ex-secretário-geral de governo Delson Martini e seu pai, Delacy Martini.

Na sexta-feira, dois dias depois de anunciar a saída de Aod Cunha, seu principal secretário, e prometer novas mudanças na equipe, Yeda aparentava bom humor. Não lamentou a perda de Aod e procurou contemporizar as ameaças de demissão que haviam sido feitas pela secretária da Educação, Mariza Abreu, um dia antes.

A seguir, a síntese da entrevista de uma hora que Yeda concedeu a ZH na manhã de sexta-feira, em seu gabinete no Palácio Piratini:

Zero Hora – A senhora não teme que a frequente troca de secretários seja interpretada como um sinal de fragilidade do seu governo?

Yeda Crusius – Acho que o povo já tem uma compreensão do governo porque ele viu, como São Tomé. Pagou-se o 13º e se chegou ao déficit zero. Para isso, enfrentamos todas as turbulências, que não foram pequenas. Seis dos secretários que troquei foram sem desejar. Seis dos mais próximos secretários. Precisou trocar, troquei. O que fica é a troca de secretários? Não, o que tem de ficar é que tem um objetivo. O objetivo é o desenvolvimento sustentável do Estado. Por isso, quero trabalhar este ano a imagem do governo. Também estarei mais disponível para conversar com a população. A gestão começa a andar mais rotineiramente.

ZH – De todas as perdas ocorridas no primeiro escalão, qual foi a que a senhora mais sentiu?

Yeda – Sei que se eu disser o nome vai dar ciúme. É a regra do jogo na política, né? Então claramente foi a perda do Delson Martini (em 2008, no auge da crise política provocada pela CPI do Detran).

ZH – Quem são os seis secretários que a senhora disse que não gostaria que tivessem saído?

Yeda – Foram aqueles que eu tive de fazer a demissão. César Busatto...Eu teria de ter a lista na frente. Mas a demissão do Delson Martini foi a que eu mais senti, pela injustiça que foi praticada com a família dele.

ZH – A senhora pensa em trazê-lo de volta ao governo?

Yeda – Não posso nem pedir isso depois do que fizeram com o Delson e a família dele. O bálsamo foi dado pela frase do procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, quando disse (ao propor o arquivamento da investigação da compra da cada de Yeda): “É necessário estabelecer a respeitabilidade que essas pessoas merecem”. Ele se referia ao pai do Delson (Delacy Martini), muito querido meu, ao Delson, ao Carlos Crusius e a mim. Aquilo para mim foi um bálsamo. As pessoas estão perguntando se estou com marketing de imagem, mas não. Abriu-se uma nuvem negra que havia sobre o governo e sobre essas pessoas que não mereciam estar passando por isso, como prática de uma oposição que só sabe destruir, que não se importa com o assassinato moral. Através da governadora, o Rio Grande do Sul estava em manchetes nacionais muito pobres quando tanto coisa rica estava se conseguindo fazer. Até aquele momento estava vencendo o lado escuro da força. Então saíram as nuvens que tapavam a luz e se pôde ver com clareza que a luta valia a pena pelo resultado que podia mostrar. 2008, o ano que enfim terminou.

ZH – A senhora se incomoda quando um secretário adquire muita visibilidade, como foi o caso de Aod Cunha?

Yeda – Faço questão de viabilizar o bom trabalho dos secretários. Quanto mais eles aparecerem melhor para mim, para o governo e para o Rio Grande do Sul. Vocês podem notar que cada vez que o governo tem um dado relevante a governadora dá suporte para aquele dado e sai, deixando os secretários explicarem os detalhes. Me sinto feliz e me orgulho quando meus secretários brilham.

ZH – Um dos fatos que mais incomodou a secretária da Educação, Mariza Abreu, foi a derrubada pela Assembleia do corte do ponto dos professores grevistas. A senhora vetou esse projeto e o veto será apreciado em fevereiro pelo Legislativo. Qual o comportamento que a senhora espera das bancadas aliadas nessa votação, já que na primeira vez em que o assunto foi a plenário a base se dividiu?

Yeda – Honramos as decisões democráticas dos governos anteriores, como a Lei Britto e os precatórios. E quisemos fazer isso com as greves anteriores, mas reafirmando que cada greve implica corte de ponto. No final do ano passado, houve esse perdão de ponto. A base ainda não tinha percebido o acerto e a direção daquela locomotiva. A conscientização é o nosso dever junto à base. Acho que o comportamento da secretária foi no sentido de dizer isso: os instrumentos para colocar em discussão o que realmente importa, que é a qualidade da educação, incluindo a mudança da carreira de magistério, não podem ser truncados com a perda de algum instrumento, como é esse decreto que a gente assinou e vai cumprir.

ZH – Quer dizer que mesmo que a Assembleia derrube o veto a senhora continuará cortando o ponto dos professores em greve?

Yeda – A decisão de fazer ou não greve depende dos professores. Eu não interfiro nisso. Apenas

como governadora eu vou cortar o ponto deles ou de qualquer outro servidor público que venha a fazer greve.

ZH – Os secretários temem que o excesso de marketing do déficit zero passe ao funcionalismo a impressão de que o governo está saneado. Como a senhora fará para mostrar que essa conquista não significa licença para conceder reajustes salariais?

Yeda – Quando propusemos o pagamento da Lei Britto (reajustes aprovados no governo de Antônio Britto e suspensos logo em seguida) era para beneficiar o magistério, a segurança pública. Eles tiveram de 19% a 33% de aumento. Honramos a decisão democrática da Assembleia (que aprovou o reajuste em 1995). Então esses aumentos já são concretos. O orçamento de 2009 que aprovamos na Assembleia é o que nós vamos executar. Vamos pagar a Lei Britto e investir R\$1,250 bilhão, 7% da receita líquida. De onde vai se tirar dinheiro para dar um aumento maior do que os 19% ou 33% da Lei Britto? Vamos tirar da saúde? Da própria educação? Dos investimentos em estradas? Se tiver de dar 20% de aumento para o magistério eu volto para trás, eu vou ter déficit. A lei não me permite isso.

ZH – Com a reestruturação do governo, estão criadas as condições para a senhora se liberar mais das obrigações do dia-a-dia e poder viajar pelo Estado?

Yeda – O que está criado é a marca deixada pelo governo em dois anos, de firmeza, de voltar a investir através de um forte ajuste. Paramos de gastar em custeio para gastar na finalidade de cada secretaria. Esse é o modelo de exportação que podemos ter por meio do Aod Cunha para outros Estados. A marca deste governo é pagar contas em dia. Estamos preparados para intensificar o que conquistamos por mudanças estruturais. Quero estar nos locais falando com a população, com a segurança de que a locomotiva está no caminho.

ZH – Que palavra a senhora usaria para definir a nova fase do seu governo?

Yeda – A da colheita.

ZERO HORA

### Por falar em educação

Com a definição do governo pela permanência da secretária da Educação, Mariza Abreu, chegou a hora de os gaúchos discutirem o que precisa ser feito para melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas. Antes, é preciso conhecer bem a situação do magistério e das escolas gaúchas, porque o desempenho dos alunos também depende da qualidade das instalações físicas. Os diagnósticos da crise na educação em geral são óbvios e superficiais como a maioria dos discursos. Em um ponto, Cpers e Secretaria da Educação concordam: o salário dos professores – que o sindicato chama de trabalhadores em educação – é baixo. Baixíssimo, mesmo para professores com mestrado e doutorado.

A secretária Mariza Abreu sustenta que sem alterar o plano de carreira não há como elevar o salário inicial do magistério e muito menos cumprir a lei que instituiu o piso de R\$ 950 e que a partir de 2010 deve servir como salário básico sobre o qual incidem as vantagens.

Essa mesma lei fala em criar ou readequar os planos de carreira, para cumprir o valor estipulado.

Mariza vai além: adverte que, sem mudar o plano de carreira, em 20 anos o Estado não terá dinheiro para pagar os aposentados.

Nada disso comove a direção do Cpers, que repete uma espécie de mantra: “não permitiremos que mexam na nossa carreira”. – O Cpers é contra tudo. Até parece que os professores no Rio Grande do Sul vão bem – debocha a secretária.

– Somos contra essa política do governo Yeda, de desmonte da escola pública – reage a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira.

O debate não poderá ficar restrito ao Cpers e ao governo. Terá de envolver cada professor, cada aluno, cada cidadão preocupado com o futuro do Rio Grande do Sul.

ZERO HORA

Senadores gastaram R\$ 10,9 milhões

Verbas indenizatórias complementam salários de R\$ 16,5 mil

Somados, os 81 senadores e outros cinco suplentes gastaram R\$ 10,9 milhões em 2008 com despesas extras. Esses valores foram repassados aos parlamentares a título de verba indenizatória, recursos disponibilizados para suprir gastos com locomoção, hospedagem, contratos de consultorias, locação de escritórios, entre outras destinações.

Na prática, a verba indenizatória funciona como complemento salarial de R\$ 15 mil, direito de cada parlamentar. Considerada uma caixa-preta, a aplicação da verba indenizatória só começou a ser divulgada em 2008, no site do Senado, mas pouco contribuiu para a transparência. No site, as despesas são justificadas de forma genérica, distribuídas em cinco categorias.

Não há especificação de quem recebeu os recursos nem o que foi pago. As notas fiscais ficam com a Secretaria de Fiscalização e Controle. Cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) a conferência das prestações de contas, mas isso é feito apenas por amostragem.

Criado em 2003 pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o benefício complementa os salários dos parlamentares, de R\$ 16,5 mil, e serve para custear atividades em seus Estados de origem.

De acordo com o Senado, a maior parte dos recursos é empregada com passagens, combustível e hospedagem. Nem todos os senadores, porém, utilizam a verba. Levantamento produzido pela Agência Estado mostra que o campeão de gastos com a verba indenizatória no ano passado foi o senador João Ribeiro (PR-TO), que utilizou R\$ 173.496 entre fevereiro e dezembro – quase a totalidade do valor colocado à sua disposição. A maior parte das despesas, R\$ 86.717, foi com a contratação de consultorias, assessorias e pesquisas. O senador preferiu não falar, mas informou, via assessoria, que todas as despesas estão devidamente comprovadas.

ZERO HORA

#### Aprovadas audiências à distância

A videoconferência será, em breve, rotina na vida de juízes e presidiários no Rio Grande do Sul. A opinião é de magistrados consultados por Zero Hora. Eles consideram muito positiva a lei sancionada esta semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com a nova legislação, caberá ao magistrado decidir quando a audiência será via vídeo – provavelmente, nos casos em que o réu estiver doente ou for considerado perigoso.– A nova lei permite reduzir o risco para a sociedade, representado pelo transporte de presos até o fórum, e também o custo – pondera o juiz-corregedor do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, Márcio Fraga. Fraga diz que em 2006 os juízes estaduais fizeram testes para a realização de audiências via vídeo. O cálculo é que sejam necessários dois monitores de vídeo e duas câmeras, a um custo estimado de R\$ 5 mil, para que uma casa prisional se torne apta a realizar a videoconferência. O projeto foi congelado quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional o sistema, na medida em que tolheria a defesa do réu.– Com a nova legislação, agora, vamos retomar a ideia de videoconferência e abrir licitação – adianta Fraga, que ressalva que a videoconferência será exceção, não regra, pois casos comuns não se enquadram na lei sancionada agora.

Opinião semelhante tem o juiz federal Daniel Marchionatti Barbosa, da 1ª Vara Criminal Federal de Porto Alegre.– No caso da Justiça Federal, muitos acusados estão presos em outras partes do país, e o próprio Tribunal Regional Federal da 4ª Região tem jurisdição sobre os três Estados do Sul. Aí a videoconferência vai facilitar – comenta Marchionatti, que realiza, em média, 15 audiências semanais.

ZERO HORA

#### Salva-vidas civis fazem paralisação

Em protesto pelo atraso no pagamento dos dias trabalhados em dezembro, nove salva-vidas civis de Capão da Canoa fizeram uma paralisação na manhã de sábado junto à guarita 75. Apesar do ato, o comando da Operação Golfinho garantiu que, com uma reformulação na escala dos militares, nenhuma guarita da praia ficaria desguarnecida no fim de semana. Ao final do protesto, os manifestantes foram chamados para um encontro com o comando.

De acordo com os civis, a demora tem levado muitos a recorrerem aos pais e a amigos para se manterem no Litoral Norte. Salva-vidas temporários de Imbé e Tramandaí também avaliavam aderir à paralisação.– Todo mundo acha muito bonitinho o salva-vidas ali na guarita, trabalhando. Mas ninguém sabe o que acontece, as condições em que trabalhamos – diz Silmar Farias, 23 anos. Ao todo, há 85 salva-vidas civis no Litoral Norte, entre mais de 700 militares. Segundo o comandante da Operação Golfinho, coronel Péricles Brasil Álvares, a baixa proporção de civis facilitaria um plano de emergência para suprir as guaritas que ficarem desfalcadas. O oficial admitiu o atraso no pagamento, mas acrescentou que o pedido já foi encaminhado à secretaria da Fazenda.– Obviamente, o protesto terá consequências. A falta tem de ser justificada. Não-justificada, causa suspensão. Repetição gera o desligamento. Eles têm de entender que estão em um serviço de emergência, de preservação da vida. Estarão cometendo omissão de socorro, se acontecer algo – afirmou Péricles.

ZERO HORA

### Boeing anuncia corte de 4,5 mil vagas

Nova Iorque — A Boeing cortará cerca de 4,5 mil vagas em sua unidade de aviões comerciais neste ano. A companhia tenta reduzir custos de operação depois de um ano de queda nas encomendas. A maior redução ocorrerá em Washington durante o segundo trimestre deste ano, e não deverá atingir setores ligados à produção de aviões. Aposentadorias, demissões voluntárias e diminuição de mão-de-obra contratada vão ser priorizadas no processo, porém não evitarão demissões. Em novembro, a empresa já havia anunciado a redução de postos em consequência do adiamento de projetos. Nesta semana, a companhia informou que, em 2008, as encomendas de aeronaves caíram mais de 50% e as entregas, 15%.

CORREIO DO POVO

### Petrobras não vai adiantar a PLR

Rio — Alegando dificuldades de crédito no mercado nacional, a Petrobras não adiantará, como de costume, a parcela de participação nos lucros e resultados (PLR) relativa a 2008. A decisão, comunicada à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos da categoria, atinge cerca de 60 mil trabalhadores.

A empresa costumava antecipar entre 30% e 40% da PLR no mês de janeiro, o que significa, atualmente, segundo cálculos do diretor financeiro da FUP, José Genivaldo Silva, que um montante de R\$ 240 milhões a 320 milhões deixará de ser antecipado aos empregados. Silva, que participou da reunião com a empresa nesta semana, disse que a atitude foi justificada pela crise. 'A companhia alegou dificuldades de crédito no mercado nacional e externo e a necessidade de manter seu programa de investimento para não antecipar a PLR', relatou.

A Petrobras, por sua vez, informou que, pela legislação atual, só é obrigada a pagar após a realização da assembleia, que será em abril. O Sindipetro-Rio promete reagir.

CORREIO DO POVO

### Ajufergs participa do Fórum Mundial de Juízes

De 23 a 25 de janeiro, se realiza, em Belém do Pará, o V Fórum Mundial de Juízes. Dentro da programação, no dia 24, a Associação dos Juízes Federais do RS (Ajufergs) coordena a oficina 'Violência e Impunidade Analisados sob uma Ótica Social'. Participam da mesa o presidente da associação, o juiz federal Gabriel Wedy, e o ex-presidente e juiz federal Adel Americo Dias de Oliveira. O evento, idealizado pela Associação de Juízes para a Democracia, integra as atividades do Fórum Social Mundial. Informações: [www.forumjuizes.org](http://www.forumjuizes.org).

CORREIO DO POVO

### STF mantém decisão que deve dispensar 263 servidores do judiciário de MT

11 de janeiro de 2009 - 07h08

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, não acatou pedido de liminar para revogar decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, de assinatura do desembargador José Jurandir de Lima, que proíbe a própria instituição judiciária de demitir servidores que mesmo sem serem concursados já estão nas funções por mais de 5 anos. A decisão atinge cerca de 263 funcionários e que custam aos cofres públicos uma média de quase R\$ 1 milhão por mês, pois são cargos comissionados.

O pedido partiu do procurador geral de Justiça, Paulo Prado. Ele alegou que após muitos anos de irregularidade, o Tribunal de Justiça, por meio de seu presidente, desembargador Paulo Lessa, realizou concurso público para preencher os cargos que eram ocupados de forma irregular na Capital e no interior com servidores cedidos pelas prefeituras e câmaras municipais.

No final do ano passado, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso (Sinjusmat) ingressou com um mandado de segurança onde pedia que fossem resguardados os direitos dos servidores contratados e mantidos pela instituição ao longo dos últimos anos. O presidente do sindicato, Rosemwal Rodrigues dos Santos, alerta que a medida e a decisão tanto do Tribunal de Justiça, na pessoa do desembargador José Jurandir de Lima, e do presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, vai marcar um divisor na questão do funcionalismo público. "Para aqueles que já foram gestores dos tribunais é penoso e duro demitir uma pessoa de mais de 50 anos que não vai encontrar emprego, isso se encontrar. É uma questão de Justiça Social", explicou Rosemwal.

No início do mandato do desembargador Paulo Lessa em 2007 e que se expira dia 1º de março deste ano, quando será substituído pelo desembargador Mariano Alonso Ribeiro Travassos, ele assinou com o Ministério Público um termo de ajustamento de conduta (TAC) que versava sobre a regularização da situação funcional, a dispensa dos não concursados e a devolução de servidores emprestados de prefeituras e câmaras, o que somente em parte será cumprido por causa de uma decisão da própria Justiça.

O fato é que a questão chegou ao Supremo e poderá servir como parâmetros para futuras decisões no serviço público.

<http://www.sonoticias.com.br/mostra.php?id=80917>

'Não é exagero falar em crimes contra a Humanidade'

Filho de um militante socialista que deixou Israel em 1967 em protesto contra o tratamento dispensado aos palestinos, o advogado Daniel Machover, especializado em direitos humanos e direito internacional, há anos dedica-se a denunciar violações cometidas pelo país nos territórios ocupados.

A reportagem e a entrevista é de Fernando Duarte e publicada pelo jornal O Globo, 11-01-2009. Para Machover as ações de Israel nos territórios podem ser classificadas de crimes contra a Humanidade.

Eis a entrevista.

Qual o argumento legal para acusar Israel de crimes de guerra?

A legislação internacional determina que o uso de força seja legitimado em resposta a ataques armados e que ameacem a soberania de um Estado, o que não é o caso, mesmo quando Israel alega que está protegendo seus cidadãos dos foguetes do Hamas. Além de não estar defendendo a soberania, por estar no papel de uma força de ocupação, a resposta aos foguetes está sendo desproporcional e certamente não obedece ao princípio de que é preciso esgotar soluções pacíficas antes do uso da força militar.

Mas legalmente será complicado provar algo, não?

Sim, a começar pelo fato de Israel estar bloqueando o acesso de grupos de defesa dos direitos humanos e da mídia internacional à Faixa de Gaza, mas há indícios suficientes para um inquérito ou mesmo um pedido de investigação por parte da ONU.

Não é otimista esperar uma atitude mais contundente da ONU?

Certamente não haverá aprovação do Conselho de Segurança, em função do poder de veto de países-membros permanentes que são historicamente ligados a Israel, como os EUA. Mas é preciso

que haja denúncias, e acredito que será apenas uma questão de tempo para que haja bases legais para um processo contra até mesmo o ministro da Defesa israelense. Nada do porte de uma corte internacional como Haia, mas a chance é em ações menores. Um processo que seja acolhido já será um grande passo para que se faça algum tipo de Justiça aos palestinos.

Como senhor avalia o argumento levantado por acadêmicos mais radicais de que a atuação de Israel nos territórios ocupados tem perfil de limpeza étnica?

Há que se ter cuidado porque legalmente há muitas diferenças entre termos usados livremente na mídia. Porém, não é exagero falar em crimes contra a Humanidade e talvez questionar autoridades estrangeiras. A demora num acordo para uma resolução da ONU pode ser interpretada como conivência por parte de países como o Reino Unido, que já bloquearam propostas de cessar-fogo.

### Um terço das indústrias pretende demitir

Pressionada por estoques elevados e queda nas vendas, quase um terço da indústria brasileira pretende reduzir o número de empregados até o mês que vem. O índice de empresas que planejam demitir é o maior dos últimos dez anos. No mês passado, 32,5% de 1.086 indústrias que, juntas, têm perto de 1,3 milhão de trabalhadores, informaram à Fundação Getúlio Vargas (FGV) que pretendem demitir até fevereiro.

A reportagem é de Márcia De Chiara e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 11-01-2009. Esse índice é superior à média de 15 anos de empresas que planejam cortar pessoal, que foi de 19,5%. O pico mais recente de demissões na indústria ocorreu em janeiro de 1999, quando houve a mudança do câmbio fixo para flutuante e 32,7% das companhias informaram que iriam cortar o emprego.

“A situação é mais preocupante hoje do que dez anos atrás: a crise é global e não tem para onde correr”, diz o coordenador técnico da Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV, Jorge Ferreira Braga. Além disso, a situação se deteriorou rapidamente por causa da crise. Há apenas seis meses, a tendência era exatamente inversa. Isto é, 35,7% dos empresários consultados previam contratações nos próximos três meses. Os dados da pesquisa são livres das influências típicas de cada época do ano.

A perspectiva de demissão crescente na indústria faz soar o sinal de alerta porque o nível de emprego nas fábricas tem efeito multiplicador no número de postos de trabalho nos demais setores, apesar de comércio e serviços ocuparem mais da metade (64,4%) das vagas formais abertas em 12 meses até novembro de 2008, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Para cada vaga aberta nas fábricas são criados três empregos diretos ou indiretos no setor de serviços, calcula o sócio diretor da RC Consultores, Fabio Silveira. “Uma trava na indústria puxa o freio no emprego em outros setores.”

O professor de Economia da Unicamp, Julio Gomes de Almeida, acrescenta que o desemprego industrial tem impacto maior na economia porque o salário é maior que nos demais setores. Além disso, as vagas são formais, o que abre as portas para o trabalhador comprar a prazo.

A pesquisa da FGV revela que os setores da indústria de transformação com maior intenção de demitir entre dezembro e fevereiro são aqueles cujas vendas dependem do crédito, como automóveis, eletrodomésticos e eletrônicos; e ligados aos planos de investimentos, como máquinas e equipamentos; e relacionados à exportação, como celulose e siderurgia.

Quem lidera o ranking dos cortes é a indústria mecânica, com 68,3% das empresas planejando demissões, mais que o dobro de novembro (32,5%). Na vice-liderança está a indústria de material de transporte, com 62,9% das empresas decididas a demitir, seguida pelos segmentos de matérias plásticas (39,4%), metalurgia (35,8%) e celulose (35,8%).

### Setor de máquinas é o que mais deve cortar

Fabricantes de bens de capital, de veículos, autopeças, eletroeletrônicos e componentes para a produção de eletrodomésticos já começaram a demitir para ajustar a produção ao menor ritmo de

atividade. A indústria de máquinas e equipamentos, a que apresentou maior intenção de cortar pessoal entre dezembro e fevereiro, segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), demitiu quase 1,8 mil trabalhadores em novembro, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

A reportagem é de Márcia De Chiara e Cleide Silva e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 11-01-2009.

“Foi a primeira queda no nível de emprego em dois anos”, afirma o vice-presidente da entidade, Fernando Bueno. O motivo da redução foi a queda de cerca de 15% na carteira de pedidos para o primeiro trimestre deste ano. Os setores mais críticos são os que produzem equipamentos para usinas de açúcar e álcool e máquinas agrícolas.

Em dezembro, houve demissão de 1.240 trabalhadores ligados à produção de máquinas, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes Veículos Automotores (Anfavea). Milton Rego, vice-presidente da entidade e diretor de Relações Externas da Case New Holland (CNH), diz que o recuo no emprego se deve à queda no mercado doméstico de máquinas agrícolas, sobretudo de colheitadeiras. Normalmente, essas máquinas são vendidas entre dezembro e março e, neste ano, com as restrições de crédito, os financiamentos para os agricultores não estão sendo aprovados. E são as colheitadeiras que demandam mais mão-de-obra.

Em dezembro, a CNH, por exemplo, demitiu 350 trabalhadores da fábrica de Curitiba (PR), que produz colheitadeiras. Segundo Rego, foram cortados os temporários que tinham sido contratados até março deste ano, mas tiveram o contrato cancelado antecipadamente. O motivo da dispensa foi a mudança nas expectativas de vendas para o primeiro trimestre. O diretor não confirma nem descarta mais demissões. “É difícil fazer previsões”, diz.

O quadro é semelhante no segmento de material de transporte, que reúne o segundo maior percentual de empresas que pretendem demitir.

Em um único mês, dezembro, a indústria automobilística demitiu 1.968 trabalhadores. O presidente da Anfavea, Jackson Schneider, justifica que parte do pessoal dispensado trabalhava diretamente nas áreas envolvidas com exportações, que registraram queda por causa da turbulência cambial. Uma das montadoras que cortou 430 postos foi a [Volvo](#), de Curitiba (PR). Desses, 250 tinham contratos temporários, que não foram renovados. Outros 180 eram do quadro efetivo da empresa. A Anfavea não fez projeções para nível de emprego em 2009, que encerrou o ano passado com 128 mil trabalhadores. Mas, se as vendas de carros não deslancharem no primeiro trimestre, novos cortes devem ocorrer. A [General Motors](#) já informou que, nas próximas semanas, vai avaliar a necessidade de manter 3 mil contratos temporários que vão vencer ao longo do ano nas fábricas de São José dos Campos (SP) e de São Caetano do Sul (SP).

Todas as montadoras estão adotando medidas de flexibilização. A [Renault](#) dispensou mil funcionários da fábrica do Paraná por cinco meses. A PSA Peugeot Citroën colocou em licença remunerada até março 700 trabalhadores da fábrica do Rio de Janeiro. A Volks está recorrendo à semana reduzida de trabalho na unidade do Paraná e a GM, a novas férias coletivas.

O setor de autopeças deve ter encerrado dezembro com 223,7 mil empregados, segundo projeções do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos (Sindipeças). Significa que em novembro teriam ocorrido 3,6 mil demissões e outras 3,9 mil em dezembro. A entidade ainda não divulgou balanço final.

A Bosch, por exemplo, uma das maiores autopeças do País, confirma que reduziu em dezembro e neste mês o quadro de trabalhadores efetivos das fábricas de Campinas (SP) e de Curitiba (PR). Segundo o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, Eliezer Mariano da Cunha, foram dispensados 600 trabalhadores em dezembro e cerca de 80 na semana passada. “Alegam que não têm pedido em carteira.”

Janeiro começou com nível recorde de homologações agendadas no sindicato. Estão marcadas 1.527 rescisões, 92% a mais em relação a igual período do ano passado. A maior parte das rescisões trabalhistas são de empresas do setor de autopeças, embora também contribuam para esse número as dispensas do setor eletroeletrônico e de eletrodomésticos, também apontado pela FGV como um dos que mais tem intenção de demitir nos próximos meses.

Na segunda-feira passada, os 290 funcionários da fábrica da Invensys, na Lapa, que produz componentes para geladeiras e fogões, foram surpreendidos com o fechamento da unidade de São Paulo e a transferência da linha de produção para Caxias do Sul (RS). A empresa esperou a troca de turno para reunir os trabalhadores e comunicar que 210 estavam demitidos e 80 poderiam ser aproveitados na unidade do Sul. Arquimedes Cripp, gerente de Recursos Humanos, diz que o plano de transferir a linha de produção foi adiantado pela crise.

Na segunda-feira, só o primeiro turno trabalhou. “Disseram para nós que iriam fazer um inventário: contamos e embalamos as peças”, conta a metalúrgica Suzana Teles Pereira, de 29 anos, há 10 na empresa e que acaba de levantar empréstimo consignado de R\$ 2 mil.

Na Zona Franca de Manaus (AM), polo de produção de eletroeletrônicos e motocicletas, as demissões atingiram 8.115 trabalhadores entre outubro e dezembro, de um total de 56 mil. “A maior parte dos cortes está ligada à produção de áudio e vídeo”, diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, Valdemir Santana.

### Argentinos se preparam para mais uma crise. A sexta desde 1975

Nas últimas semanas os argentinos começaram a assistir a uma enxurrada de más notícias sobre o péssimo desempenho da economia. O grande choque ocorreu há poucos dias, quando a Associação de Fabricantes de Automóveis da Argentina (Adefa) anunciou que a produção em dezembro havia caído 47% ante o mesmo mês de 2007. Um dia antes, havia sido a vez da Associação das Concessionárias (Acara), que anunciou uma queda de 19,8% nas vendas.

A reportagem é de Ariel Palacios e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 11-01-2009.

A construção civil, uma das locomotivas da recuperação econômica entre 2003 e início de 2008, ao lado do setor automotivo, também exibiu uma debilidade não vista em meia década, ao cair 13,7% no último mês do ano. Nem o anúncio do megaplano de obras públicas do governo da presidente Cristina Kirchner foi suficiente para dissipar o pessimismo.

Mais uma vez, a sexta em 34 anos, os argentinos estão mergulhando numa grave crise econômica. Nenhum outra economia da região apresenta essa trajetória de altos e baixos.

Os sinais da nova crise são evidentes. Os grandes grupos empresariais anunciam suspensões de investimentos. O primeiro grande golpe foi, no fim de novembro, o adiamento de um investimento de US\$ 500 milhões em Santa Fé, pela empresa brasileira Gerdau. O choque foi grande, pois o Brasil foi um dos poucos países a investir na Argentina durante a crise de 2001/2002.

Outros golpes vieram em seguida. No início da semana passada, a Bolsa de Buenos Aires comunicou que 2008 terminou com perdas de 49,8%, índice jamais visto em sua história. Na quinta-feira, para evitar 1.300 demissões da empresa de autopeças Paraná Metal, o governo mediu um acordo que reduziu em 15% a 48% os salários dos empregados. Há poucos dias, conseguiu impedir a demissão de 400 operários da General Motors. Mas os analistas afirmam que chegará um momento em que o governo não conseguirá impedir as demissões.

O mais recente baque, na sexta-feira, foi protagonizado pela Siderar, do Grupo Techint, o mais importante da Argentina. A empresa anunciou que, por causa “da grave crise internacional iniciada em meados de 2008”, decidiu suspender os investimentos de US\$ 588 milhões anunciados no início de 2005. Até então, a empresa já havia investido US\$ 214 milhões.

De acordo com a Fundação de Investigações Latino-Americanas (Fiel), o país entrará em recessão, com 1,7% de queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009. Os estrangeiros também são pessimistas. O Banco Morgan Stanley calcula a queda em 2%. As primeiras estimativas indicam que em dezembro o PIB teria recuado 2% ante mesmo mês de 2007.

Os economistas preveem que a recessão argentina será a pior entre os países da América do Sul. Esse cenário entra em choque com a recuperação econômica a partir de 2003, quando o “modelo kirchnerista” foi encarado por alguns setores como exemplo a ser seguido na região (calote da dívida pública, obras públicas e pressões sobre empresários para evitar alta de tarifas).

Embate com militares no RS foi embrião do MST, que fará 25 anos

Uma pequena placa afixada em uma pedra na beira da rodovia RS-324, entre as cidades gaúchas Ronda Alta e Passo Fundo, é um dos poucos indícios de que nessa região tranquila do norte do Rio Grande do Sul começou a trajetória do Movimento dos Sem-Terra (MST), que no dia 19 completará 25 anos. Às margens da estrada foi montado o acampamento da [Encruzilhada Natalino](#), onde, segundo a placa, houve a “derrota do Curió” e “vitória da luta da terra”.

A reportagem é de Leonencio Nossa e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 11-01-2009.

Em julho de 1981, o então presidente João Figueiredo deslocou da Amazônia para ali o coronel Sebastião Curió, especialista em conflitos fundiários. A chegada a [Natalino](#), porém, deu publicidade ao movimento, que seria fundado oficialmente três anos depois, em Cascavel.

Integrantes da igreja católica derrotados por Curió no Pará foram brigar com ele no Rio Grande do Sul. Queriam a revanche após uma série de prisões de religiosos no Norte, como a do padre Florentino Maboni, em 1977, e do desmantelamento de grupos camponeses. Em maio de 1980, fora morto Raimundo Ferreira de Lima, o Gringo, sindicalista formado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), aposta do clero “progressista”.

Os bispos d. [Pedro Casaldáliga](#), de São Félix do Xingu, e d. [Tomás Balduino](#), fundador da CPT, foram os primeiros a chegar para a missa em Natalino, com 463 famílias. Enfrentavam a resistência do Exército para reconstituir no Bico do Papagaio - região que abrangia o norte de Goiás e parte de Pará, Mato Grosso e Maranhão - a rede de sindicatos e organizações arrasada nos combates que liquidaram a Guerrilha do Araguaia. Os religiosos levaram para Natalino um dossiê da ação de Curió contra a guerrilha do PC do B, confronto que resultou na morte de 63 guerrilheiros e 16 militares.

O clero do sul do Pará não perdoava Curió pelos combates à guerrilha. À época do Araguaia, o grupo “progressista” de bispos como d. Luiz Estevão, de Marabá, não tinha poder na estrutura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para apoiar os guerrilheiros e dar proteção aos torturados.

O jogo viraria em Natalino. A presença de Curió e seus adversários no Rio Grande do Sul despertou a atenção de jornais e revistas do Rio e de São Paulo, que não enfrentavam mais a censura, e de sindicatos de todo País. Os sem-terra receberam apoio de entidades internacionais e de outras religiões.

Em pouco tempo, uma rede contrária ao governo estava no acampamento. “Todos fomos para lá”, lembra o atual ministro da Previdência, José Pimentel. Ele esteve na Encruzilhada durante dois dias na companhia de d. Aloísio Lorscheider, bispo de Fortaleza. “O clima era de medo”, completa. Pimentel integrava a Pastoral Operária.

#### SIMBOLISMO

A Encruzilhada Natalino havia abrigado o último grande acampamento de camponeses antes do golpe militar. Ali haviam sido instalados em 1962, pelo então governador Leonel Brizola, 450 pessoas, em 22 mil hectares da antiga Fazenda Sarandi. Após a tomada do poder, os militares desmontaram o acampamento brizolista.

O casal Olmino Ferreira, de 67 anos, e Lúcia Loreci de Lima, de 47, foi uma das famílias que estiveram no acampamento de Natalino. Hoje vivem a 15 quilômetros dali. “Curió montou barracas do Exército na margem direita da estrada”, relata Ferreira. Lúcia lembra que Curió era rígido e tentou convencer as famílias a se mudarem para Mato Grosso. “Mas a maioria resolveu ficar.” Um dos novos líderes do MST, Adelfo Zamarqui, de 45 anos, de Trindade do Sul, lembra que começou a militar no movimento a partir do acampamento de Natalino. “A resistência das famílias que ficaram na Encruzilhada deu origem à fundação do MST”, recorda.

#### Coronel Curió avalia que cumpriu sua missão e se compara a Napoleão

O Exército permaneceu 30 dias no acampamento da [Encruzilhada Natalino](#). Embora o coordenador da operação militar, coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura, tenha conseguido levar parte das famílias para um assentamento em Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, os sem-terra comemoraram vitória contra o regime.

A reportagem é de Leonencio Nossa e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 11-01-2009. “A cúpula do MST tem os ideais do antigo PC do B, o partido que implantou a guerrilha, só que mais inteligente e aprimorado”, diz ele. “Na Encruzilhada só encontrei barra pesada: (d. Pedro) Casaldáliga, (d. Aloísio) Lorscheider e (d. Tomás) Balduino. Não acho que eles venceram, pois cumpri a missão de meter uma cunha no meio do movimento e diminuí-lo, como Napoleão fazia para abater o inimigo.”

O “Napoleão” de Natalino teve um d. João à altura para enganá-lo. [João Pedro Stedile](#) aproveitava o cargo de técnico da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul para organizar o movimento. “O João Pedro contribuiu muito com a gente”, lembra a professora Maria Salete Campigotto, em Ronda Alta (RS), que dava aulas na escolinha do acampamento. “A [Encruzilhada Natalino](#) contribuiu para avançar mais rapidamente a resistência ao regime militar.”

Antônio Campigotto, marido de Maria Salete, afirma que o grupo de Natalino deu origem “de fato” ao MST. Um dos militantes mais respeitados entre os sem-terra, Campigotto diz que os acampados fizeram festa quando Curió deixou o Rio Grande do Sul. “A despedida dele foi péssima”, conta. “Só não soltamos foguetes porque não tínhamos dinheiro para comprar, mas teve muito grito e muita palma.”

À época os sem-terra não tinham ideia de que o acampamento iria contribuir para a constituição de um novo movimento no campo, segundo Stedile. O líder sem-terra avalia que os principais fatores de criação do MST foram a crise do modelo de industrialização, que não oferecia mais emprego a quem migrava para a cidade, o fracasso do processo de colonização da Amazônia e a perda do medo de lutar por parte dos camponeses. Ressalta ainda o esforço das pastorais e a rearticulação dos movimentos sociais. “Um belo dia, um acampado, procurando estação de rádio argentina, pelas ondas curtas, captou sem querer a onda usada por Curió para mandar informes ao SNI (Serviço Nacional de Informações)”, conta. “A partir daí, desmontamos o planejamento do coronel, pois sempre sabíamos o que ele informava.”

#### SEM CRUZ

Stedile e outras lideranças oficializaram o MST em 1984, com a constituição de uma diretoria, num congresso em Cascavel. Os sem-terra rejeitaram a mística cruz de Natalino, deixando claro a independência em relação à igreja, mas não perderam apoio dos “progressistas”.

A partir de Natalino, a ala “progressista” da igreja escancarou seu apoio a grupos sociais armados no Pará. Poucas semanas depois da saída de Curió, os padres Aristides Camiou e Francisco Gouriou foram presos, em agosto de 1981, sob acusação de incitar um grupo de camponeses que enfrentavam com espingardas grileiros de terra na localidade de Cajueiro, no sul do Pará. Até meados dos anos 1990, as ocupações de terra no Bico do Papagaio foram organizadas por sindicatos ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Só depois de 1997 o MST assumiu o comando das ocupações no Estado. Foi naquele ano que a Polícia Militar do Pará matou 19 sem-terra em Eldorado do Carajás. O movimento passava pelo seu maior teste de fogo numa curva de asfalto a mais de 3 mil quilômetros do berço onde havia nascido. Era, definitivamente, um movimento nacional.

#### [Aqueles que querem comer o mundo: as corporações 2008](#)

A partir do documento do [Grupo ETC](#) “De quem é a natureza - O poder corporativo e a fronteira final na mercantilização da vida”, Silvia Ribeiro analisa a relação entre a produção e comercialização de alimentos e sementes, a crise econômica e o papel dos movimentos sociais que combatem os oligopólios agroalimentares.

O artigo foi publicado no sítio America Latina en Movimiento, da [Agencia Latinoamericana de Información](#), 29-12-2008. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

Eis o texto.

Imersos em uma enorme crise do capitalismo, mãe de muitas crises convergentes, resgata-se com dinheiro público às maiores empresas privadas do planeta, enquanto os pobres, os famintos e o caos climático seguem aumentando. Segundo o economista mexicano Andrés Barreda, estamos em uma

crise de brutal sobreacumulação capitalista: gigantesco vômito daqueles que acreditaram que podiam engolir o mundo, mas não puderam digeri-lo.

Amplamente acunhadas, as crises atuais têm um contexto de concentração crescente do poder corporativo, apropriação de recursos naturais e desregulação ou leis em favor das empresas e especuladores financeiros, que aumentaram sem pausa nas últimas décadas. Em 2003, o valor global de fusões e aquisições foi de 1,3 bilhões de dólares. Em 2007, chegou a 4,48 bilhões de dólares. Na indústria alimentar, o valor das fusões e compras entre empresas duplicou de 2005 a 2007, chegando a 200 bilhões de dólares. O desastre financeiro acabou com algumas empresas, favorecendo oligopólios ainda mais fechados.

O que isso significa para as pessoas comuns? O documento do Grupo ETC, "De quem é a natureza" (disponível em <http://www.etcgroup.org/es>), oferece uma análise no contexto histórico da concentração corporativa de setores-chave nas últimas três décadas. Desde então, o Grupo ETC seguiu as manobras de mercado das autodenominadas "indústrias da vida" (biotecnologia em agricultura, alimentação e farmacêutica). No novo informe, agregam-se as empresas atrás da convergência de biotecnologia com nanotecnologia e biologia sintética, que promovem novas gerações de agrocombustíveis e ainda mais: tentam gerar uma economia pós-petroleira baseada no uso de carboidratos e vida artificial.

O setor agroalimentar segue sendo um dos exemplos mais devastadores, por ser um campo essencial: ninguém pode viver sem comer. É, além disso, o maior "mercado" do mundo. Por ambas as razões, as transnacionais se lançaram agressivamente para controlá-lo. Nas últimas três ou quatro décadas, ele deixou de estar altamente descentralizado, fundamentalmente em mãos de pequenos agricultores e mercados locais e nacionais, para ser um dos setores industriais globais com maior concentração corporativa. Para isso, foi necessária uma mudança radical nas formas de produção e comércio de alimentos. Graças aos tratados de "livre" comércio, a agricultura e os alimentos se transformaram cada vez mais em mercadorias de exportação, em um mercado global controlado por duas dezenas de transnacionais.

Segundo um documento da FAO sobre mercados de produtos básicos, no começo da década de 60, os países do Sul global tinham um excedente comercial agrícola próximo dos 700 milhões de dólares anuais. Em fins da década de 80, o excedente havia desaparecido. Hoje, todos os países do Sul são claros importadores de alimentos.

Na década de 60, quase a totalidade das sementes estavam nas mãos de agricultores ou instituições públicas. Hoje, 82% do mercado comercial de sementes estão sob propriedade intelectual, e dez empresas controlam 67% desse campo. Essas grandes sementeiras ([Monsanto](#), [Syngenta](#), [DuPont](#), [Bayer](#) etc.) são, em sua maioria, propriedade de fabricantes de agrotóxicos, área em que as dez maiores empresas controlam 89% do mercado global. Que, por sua vez, estão representadas entre as dez maiores empresas em farmacêutica veterinária, que controlam 63% desse campo.

Os 10 maiores processadores de alimentos ([Nestlé](#), [PepsiCo](#), [Kraft Foods](#), [Coca-Cola](#), [Unilever](#), [Tyson Foods](#), [Cargill](#), Mars, ADM, Danone) controlam 26% do mercado, e 100 cadeias de vendas diretas ao consumidor controlam 40% do mercado global. Parece "pouco" em comparação, mas são volumes de venda imensamente maiores. No ano 2002, as vendas globais de sementes e agroquímicos foram de 29 bilhões de dólares, as de processadores de alimentos, 259 bilhões, e as de cadeias de vendas ao consumidor, 501 bilhões. Em 2007, esses três setores aumentaram respectivamente para 49 bilhões, 339 bilhões e 720 bilhões de dólares. Segue sendo o supermercado [Wal-Mart](#) a maior empresa do mundo, sendo a número 26 entre as 100 maiores economias do planeta, muito maior do que o produto interno bruto (PIB) de países inteiros como Dinamarca, Portugal, Venezuela ou Singapura.

Das sementes ao supermercado, as transnacionais ditam ou pretendem ditar o que plantar, como comer e onde comprar. Frente às crises, receitam-nos mais do mesmo: mais industrialização, mais produtos químicos, mais transgênicos e outras tecnologias de alto risco, mais livre comércio. Não é estranho, já que todas estão entre os que mais lucraram com o aumento de preços e escassez de alimentos: obtiveram lucros que vão até 108% acima do que em anos anteriores.

A disparidade de rendas individuais no mundo também cresceu. A riqueza acumulada dos 1.125

indivíduos mais ricos do mundo (4,4 bilhões de dólares) é quase equivalente ao PIB do Japão, segunda potência econômica mundial depois dos Estados Unidos. Essa cifra é maior do que os ingressos somados da metade da população adulta do planeta. Cinquenta administradores de fundos financeiros (hedge funds e equity funds), os grandes especuladores que provocaram a “crise”, ganharam durante 2007 uma média de 588 milhões de dólares, cerca de 19 mil vezes mais do que o trabalhador norte-americano comum e cerca de 50 mil vezes mais do que um trabalhador latino-americano médio. O diretor executivo da financeira Lehman Brothers, agora em bancarrota, embolsou 17 mil dólares por hora durante todo 2007 (dados do Institute for Policy Studies). Resumindo, uma absurda minoria de empresas e uns quantos multimilionários que possuem suas ações controlam enormes porcentagens das indústrias e dos mercados básicos para a sobrevivência, como alimentação e saúde.

Isso lhes permite uma pesada ingerência sobre as políticas nacionais e internacionais, moldando, à sua conveniência, as regulamentações e os modelos de produção e consumo que se aplicam nos países, que, por sua vez, são causadores das maiores catástrofes alimentares, ambientais e de saúde. Assim, foi possível avançar a privatização e conversão do sistema agroalimentar há até poucas décadas descentralizado e baseado majoritariamente em sementes de livre acesso, água, terra, sol e trabalho humano, para convertê-lo em uma máquina industrial petrolizada, que exige grandes investimentos, maquinários caros, devastadoras quantidade de agroquímicos (melhor chamados de agrotóxicos) e sementes patenteadas controladas por algumas poucas empresas. Ainda que tenham se produzido maiores quantidades de alguns grãos, isso não solucionou a fome no mundo tal como prometiam, mas sim a aumentou. O saldo de erosão de solos e biodiversidade agrícola e pecuária, junto à contaminação químico-tóxica das águas, não tem precedentes na história da humanidade. Tudo acompanhado, como se fosse pouco, por uma crescente crise de saúde humana e animal (que também é negócio para as mesmas empresas).

O paradigma mais significativo dessa “involução verde”, são os transgênicos, sementes patenteadas viciadas nos produtos químicos das empresas, promovidas como panacéia para resolver os atuais problemas de fome que o próprio modelo criou. Outro ingrediente do mesmo modelo, agora impulsionado com mais força, é a altíssima requisição de fertilizantes, que, por seu nome, parece menos nocivo do que o resto dos agrotóxicos. Mas o uso de fertilizantes industriais, em vez do equilíbrio de nutrientes naturais dos modelos anteriores de agricultura, também gera adição e dependência e está nas mãos de um fechado oligopólio transnacional. Tal como o petróleo, baseia-se no uso de produtos finitos e não-renováveis: segundo dados da PotashCorp, a primeira empresa global de fertilizantes, as reservas de fósforo, ingrediente fundamental dos fertilizantes, diminuem em ritmo acelerado. Globalmente, o consumo industrial de fertilizantes aumentou 31% entre 1996 e 2008, devido ao incremento da produção de gado industrial e a produção de agrocombustíveis. E, com a crise, o preço disparou em mais de 650% entre janeiro de 2007 e agosto de 2008. A Mosaic, terceira empresa de fertilizantes em nível global (55% propriedade da Cargill), aumentou seus lucros em mais de 1.000% nesse período.

Apesar de que as transnacionais pretendam controlar tudo, 1,2 bilhões de agricultores e agricultoras no mundo seguem tendo suas próprias sementes. Ainda que a Wal-Mart seja a maior empresa do mundo, 85% da produção global de alimentos é consumida próximo de onde se semeia – a maioria no mercado informal.

Urge, por bem de todos e para frear as ameaças ao ambiente que nos sustenta, o questionamento profundo do modelo de agroalimentação industrial e corporativo, incluindo a crítica radical aos que, em nome das crises alimentares e climáticas, querem nos impor mais do mesmo modelo com transgênicos e agrocombustíveis. As soluções reais já existem e são diametralmente opostas: soberania alimentar, como propõe a [Via Campesina](#), a partir de economias agrícolas descentralizadas, diversas, livres de patentes, baseadas no conhecimento e as culturas campesinas, que são as que, por mais de dez mil anos, provaram sua capacidade de alimentar sustentavelmente a humanidade.

[Uma enxurrada de demissões'. Sindicalistas pedem ‘uma acalmada’ dos empresários](#)

Temendo uma onda de demissões a partir da próxima segunda-feira, quando a maior parte das empresas que deram férias coletivas retoma suas atividades, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho, fez um apelo aos empresários, após se reunir com dirigentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Fizemos um pedido à Fiesp para que dê uma ‘acalmada’ nos empresários e que não demitam na segunda.”

A reportagem é de Anne Warth e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 10-01-2009.

A Força Sindical quer chegar a um acordo para que empresas discutam antes com os sindicatos antes de demitir. “A impressão é que teremos uma enxurrada de demissões, até um tsunami”, disse. Paulinho acredita que as dispensas possam até superar sua previsão inicial, de três milhões.

Na próxima terça-feira, às 15 horas, trabalhadores e empresários voltarão a se reunir na Fiesp para discutir os termos de uma proposta para evitar o desemprego. Entre as soluções que os sindicatos estão dispostos a aceitar estão férias coletivas, licença remunerada, banco de horas, redução de jornada de trabalho e de salários e suspensão temporária do contrato de trabalho.

A formalização de acordos, no entanto, terá de ser feita empresa por empresa, com a concordância de cada sindicato. “Além disso, não aceitamos mexer com os direitos dos trabalhadores. Vamos trabalhar dentro do que a lei permite”, declarou. Também serão convidados representantes do Ministério Público do Trabalho, da Justiça trabalhista e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, disse que a queda da demanda, em função da crise financeira mundial, já atinge vários setores e empresas, mas ressaltou que os empresários também estão em busca de alternativas. “A última coisa que o empresário quer é demitir. É como desfalar uma orquestra”, comparou. Em outubro, o indicador da Fiesp que mede o emprego nas indústrias do Estado de São Paulo apurou que houve dez mil demissões; em novembro, foram mais 34 mil. A projeção, segundo ele, é que o mês de dezembro, cujos números ainda não foram divulgados, siga a mesma tendência.

Segundo Paulinho, o acordo pretende amenizar os efeitos da crise no primeiro trimestre do ano.

“Não sabemos se a crise será longa, mas sabemos que ela será pior no primeiro trimestre”, disse.

Mesmo assim, ele admite a perda de alguns empregos será inevitável. “A impressão que eu tenho é que a crise é muito grave, e que, mesmo com o acordo, não vamos conseguir salvar todos”, admitiu.

Essa é uma das principais preocupações do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, que manifestou intenção de exigir novos critérios das empresas que decidirem utilizar a suspensão temporária de contratos. Esse mecanismo, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pode durar de três a cinco meses. Nesse período, as empresas deixam de pagar salários e de recolher encargos como INSS e FGTS. Em contrapartida, pagam ao trabalhador cursos de qualificação profissional. E eles recebem uma bolsa qualificação, que varia entre R\$ 415 e R\$ 776, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Desde o início da crise, duas empresas já recorreram a essa alternativa. A Philips, em Manaus (AM), suspendeu o contato de 460 empregados. A Renault, em São José dos Pinhais (PR), de mil funcionários.

Questionado sobre se a suspensão temporária de trabalho pode se tornar uma regra nas empresas, Skaf respondeu: “Caberá a cada empresa e a cada sindicato ponderar as melhores alternativas”. Para Paulinho, a única forma de evitar uma corrida aos recursos do FAT seria a alteração da norma, via Medida Provisória ou Projeto de Lei. “Mas se o governo mandar uma MP para o Congresso nessa linha, corre o risco de que ela saia até pior do que já está.”

Para Paulinho, se o dinheiro do FAT financia empresas que tomam empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também tem de financiar o trabalhador. “O FAT tem muito dinheiro”, frisou. Skaf manifestou-se contra alterações nas regras de suspensão de contratos de trabalho. “Mudanças legais demoram muito e nós não temos tempo para isso.”

### GM dá férias coletivas em São José dos Campos

A General Motors (GM) concedeu férias parciais para 600 metalúrgicos de São José dos Campos ontem. Segundo a montadora, a medida atinge 400 trabalhadores da linha de montagem dos

veículos S-10 e Blazer e outros 200 na divisão de transmissões e motores Powertrain II, que ficarão parados durante 29 dias, de 26 de janeiro a 23 de fevereiro. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (Sindimetal SJC), as duas linhas empregam ao todo 1,1 mil trabalhadores.

A reportagem é de Paulo Justus e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 10-01-2009.

Os funcionários da Powertrain II estão de férias coletivas desde o dia 15 de dezembro e voltarão ao trabalho no dia 25 de janeiro. Em novembro, 600 trabalhadores da Powertrain I e II ficaram parados. Os trabalhadores da linha da S-10 estiveram em férias coletivas de 1º a 23 de dezembro e receberam uma semana de licença remunerada, no início dessa semana.

De acordo com o Sindimetal, a GM ainda não cogita demissões na base do sindicato, que representa 8.940 metalúrgicos. “Por enquanto eles estão trabalhando com os contratos temporários”, diz o diretor sindical Vivaldo Moreira Araújo. Segundo ele, a GM deixou de renovar o contrato de 54 trabalhadores temporários ontem. Os metalúrgicos foram contratados há um ano, para reforçar a linha Powertrain II. Consultada, a montadora não confirmou as informações.

A empresa justificou a parada parcial como uma medida de “ajuste de produção para adequar os estoques”. Araújo diz que a GM já havia baixado a programação das fábricas para este ano, antes mesmo de anunciar essas novas férias. “A linha da S-10 e Blazer, que produzia 250 carros por dia, passou a produzir 150, enquanto a linha do Corsa, que fabricava 700 veículos por dia passou a fabricar 500”, diz.

Esse é o quinto anúncio de férias coletivas da General Motors depois que a crise internacional se agravou, em setembro do ano passado.

#### Demissão nos EUA é pior em 63 anos

Com o corte de 2,6 milhões de empregos, 2008 entra para a história como o pior ano para o mercado de trabalho nos Estados Unidos desde 1945, quando o país perdeu 2,75 milhões de vagas com o fim da Segunda Guerra Mundial. Já o índice de desemprego subiu para 7,2% em dezembro, e é o mais alto desde janeiro de 1993. Esses números são o retrato fiel do aprofundamento da recessão na maior economia do mundo, e tornam ainda mais urgente a adoção rápida de um plano eficaz de reativação.

A notícia é do jornal O Estado de S. Paulo, 10-01-2009.

O desemprego, que em novembro havia atingido 6,8%, superou a previsão dos analistas, que era de 7% para dezembro. O Departamento de Trabalho americano divulgou ontem que no último mês do ano as empresas cortaram 524 mil empregos, pouco abaixo das projeções dos analistas, de 550 mil. A perda de emprego em dezembro se espalhou por quase todos os setores da atividade econômica, exceto na educação, na saúde e na administração pública, onde foram criadas 717 mil vagas em 2008. O número de desempregados nos EUA já chega a 11,1 milhões, segundo o departamento. Somam-se a eles mais de 5 milhões de pessoas em busca de emprego.

A situação é “muito grave” e exige “medidas imediatas”, disse o presidente eleito Barack Obama. Segundo ele, sua equipe fez “grandes progressos” nas discussões com os membros do Congresso americano para a adoção, o mais rápido possível, do plano de estímulo da economia, que poderá custar pelo menos US\$ 800 bilhões.

Para Nariman Beravesh, economista do IHS Global Insight, “o mercado de trabalho continua em queda livre”, e a sangria deve se manter em 2009. “Se um plano de recuperação orçamentária importante for adotado rapidamente, porém, então o ritmo das perdas de empregos poderá ser contido no segundo semestre.”

“Esse é um relatório bastante desanimador. Ele retrata um cenário em 2008 muito pior do que pensávamos. Isso não é um bom prognóstico para o desemprego no primeiro trimestre. É um dos declínios de emprego trimestrais mais significativos na história pós-Guerra”, disse Lindsey Piegza, analista de mercado na FTN Financial em Nova York.

O ritmo de cortes de emprego está aumentando os temores de que a recessão econômica iniciada em dezembro de 2007 possa ser maior desde o declínio de 1981, que durou 16 meses. O dado também

ênfatiza a necessidade urgente de um forte estímulo econômico. Ontem, logo após a divulgação dos dados, as bolsas americanas começaram a cair. Às 18h50 (de Brasília), o índice Dow Jones caía 1,33%, o Nasdaq recuava 2,44% e o S&P-500, 1,8%.

### Redução da jornada de trabalho e do salário. Proposta inócua e inconsistente

"Os direitos trabalhistas não causam desemprego tampouco sua redução ou flexibilização evita o desemprego. Não há registro histórico de atividades empresariais frustradas em razão do direito do trabalho. A variação dos indicadores do desemprego depende fundamentalmente do crescimento e do desenvolvimento econômico", defende José Francisco Siqueira Neto, advogado, mestre (PUC-SP) e doutor (USP) em direito, é coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, 10-01-2009.

Segundo ele, "não deixa de ser um tremendo paradoxo que, no mesmo processo em que o Estado aporta recursos fabulosos para garantir as empresas, seja tolerada a restrição de direitos elementares de cidadania. Do ponto de vista econômico, o movimento é inócua e oneroso, e, do ponto de vista ético, deplorável".

Eis o artigo.

Os direitos trabalhistas não causam desemprego tampouco sua redução ou flexibilização evita o desemprego. Não há registro histórico de atividades empresariais frustradas em razão do direito do trabalho. A variação dos indicadores do desemprego depende fundamentalmente do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O direito do trabalho funciona, de um lado, como via de inclusão social e de sustentação das condições mínimas para o relacionamento e a convivência social civilizada; de outro lado, pela negociação coletiva de trabalho, como instrumento de distribuição de renda e de ajuste específico e determinado das condições de trabalho.

As relações de trabalho, portanto, são reguladas mediante a combinação de políticas públicas para o trabalho e de ajustes privados de natureza coletiva. Eventuais desvios dos acertos privados, invariavelmente, implicam custos sociais mais altos para a preservação das políticas públicas.

A crise mundial, que apresenta reflexos no Brasil, além de propiciar farta distribuição de recursos públicos ao setor privado pelas mais variadas modalidades, possibilitou a formação de um ambiente propício à especulação prognóstica e a disseminação de análises referidas em dados imprecisos, que outra coisa não fazem senão aumentar a insegurança e, com isso, possibilitar, por meio da livre associação de ideias, a retomada do elo perdido da agenda política de um passado recente de triste memória.

Agora, a pauta que tentam fixar é a do incentivo à utilização generalizada e descontextualizada da redução da jornada de trabalho com redução de salários.

Essa alternativa é assegurada pelo ordenamento jurídico nacional. É só comprovar a sua necessidade, convencer os sindicatos e não utilizá-la de forma dissimulada para perpetrar fraude trabalhista que a redução será considerada juridicamente perfeita.

O ponto é este. Onde termina a necessidade e começa a oportunidade?

Mesmo para aqueles setores atingidos pela crise, a dimensão e o impacto dela não são uniformes. Desse modo, tentar generalizar procedimentos essencialmente excepcionais e temporários é, para dizer o menos, a exaltação da improvisação como regra de conduta.

A inconsistência da proposta é o seu caráter generalista e subsidiário.

Nenhum dos seus proponentes acredita que a medida, por si só, amenizará o desemprego. Trata-se de um movimento secundário. O principal é o conjunto de medidas a cargo do governo (redução de impostos, alongamento dos prazos para pagamento dos tributos, pagamento do crédito do ICMS para as empresas exportadoras, redução dos juros).

Não há o menor sentido em adotar medidas que não influem no centro dinâmico do processo, não resolvem os problemas de curto prazo e desorganizam as relações de trabalho no médio e longo prazo.

Não há uma saída mágica. É preciso paciência e criatividade para encontrar as medidas mais adequadas para cada situação. Nada que sindicalistas e empresários criativos e comprometidos com o país não consigam.

O governo pode e deve ajudar no sustento de políticas concertadas, com o compromisso futuro dos envolvidos. Há espaço para a articulação de financiamentos de empregos com a participação estatal, que, afinal, são mais baratos e produtivos do que o pagamento do seguro desemprego e dos programas de requalificação profissional.

De outra parte, não deixa de ser um tremendo paradoxo que, no mesmo processo em que o Estado aporta recursos fabulosos para garantir as empresas, seja tolerada a restrição de direitos elementares de cidadania. Do ponto de vista econômico, o movimento é inócuo e oneroso, e, do ponto de vista ético, deplorável.

É chegada a hora da participação dos atores sociais. Nesses momentos é que temos a dimensão da importância de sindicatos, sindicalistas e empresários representativos e competentes o suficiente para não caírem na tentação do discurso fácil, que sempre apresenta a mesma solução para todo e qualquer tipo de problema.

### Empresa que torturou vigilante pagará indenização de R\$ 36 mil

Um vigilante que foi espancado após ter sido acusado de furtar uma televisão receberá R\$ 36 mil por danos morais. A 7ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) manteve decisão que condenou a Marshal Vigilância e Segurança a indenizar o ex-funcionário.

Segundo informações divulgadas pelo tribunal, o vigilante foi apontado como autor do furto da televisão da Tecnocargo. Levado para uma das salas da empresa, o trabalhador afirma ter sofrido uma “sessão de tortura”. Além do gerente, estavam no local alguns policiais que começaram a espancá-lo para que confessasse o crime.

O empregado afirmou ter sido ameaçado com armas pelos policiais, que repetiam que sua vida estava nas mãos deles e que, a qualquer momento, poderia morrer se não falasse a verdade. De acordo com dados do processo, os policiais enforcaram o vigilante até que ele desmaiou, e, conforme atestado médico anexado ao processo, apresentou hemorragia nos dois olhos, o que quase o deixou cego.

Após a surra, foi transferido para a Delegacia Especializada em Roubos e Furtos e só foi liberado na tarde do dia seguinte, sem que nada ficasse comprovado contra ele.

O vigilante permaneceu em tratamento até as vésperas de sua demissão. Segundo ele, muitas pessoas souberam apenas de sua prisão e espancamento, mas não de sua inocência, o que teria agravado ainda mais seu estado de ânimo. Na ação por danos morais, postulou o equivalente a 2.000 vezes o seu salário-base (cerca de R\$ 733 mil), mas o juiz da 8ª Vara do Trabalho de Manaus arbitrou o valor da indenização em R\$ 36.662.

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 11ª Região (Amazonas) não admitiu o recurso da Marshal e manteve a condenação. “Chamar a polícia, historicamente truculenta, para espancar ou prender empregados nas suas dependências, em virtude de furto, sem a definição da autoria, e sem observância do flagrante, é prática que já deveria ter sido desaconselhada pela assessoria jurídica das empresas há muito tempo”, diz a decisão regional mantida pelo TST.

Em seu voto, o relator do recurso da empresa no tribunal, ministro Pedro Paulo Manus, destacou a decisão do Regional no sentido da configuração do dano moral e da veracidade do depoimento das testemunhas. ULTIMA INSTANCIA

### Shell e Basf devem pagar plano de saúde vitalício para expostos a contaminação

A Justiça do trabalho paulista determinou que as empresas Shell e Basf devem contratar um plano de saúde vitalício para ex-funcionários expostos a riscos de contaminação na unidade de fabricação de agrotóxicos, em Paulínia. A decisão se estende para familiares de empregados e prestadores de serviços e trabalhadores autônomos que se permaneceram no local.

A 2ª Vara do Trabalho de Paulínia concedeu tutela antecipada em favor do MPT (Ministério

Público do Trabalho) de Campinas, da ACPO (Associação de Combate aos Poluentes), do Instituto "Barão de Mauá" de Defesa de Vítimas e Consumidores Contra Entes Poluidores e Maus Fornecedores, e da Atesq (Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas). O inquérito civil foi instaurado pela Promotoria do trabalho em 2001.

Cerca de mil ex-trabalhadores das empresas Shell e Basf se beneficiaram com a decisão, além de outras centenas de familiares, também suscetíveis à contaminação. Ficou garantida a contratação de plano de saúde vitalício por parte das empresas. O MPT também pede, ao final do processo, o pagamento do valor de R\$ 620 milhões por danos morais coletivos, reversíveis ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

De todos os trabalhadores que tentam provar que foram expostos a substâncias contaminantes, ao menos cem ainda possuem ações individuais em trâmite na Justiça.

#### Decisão

Segundo a decisão da juíza do trabalho Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa, "a prefeitura de Paulínia decretou o isolamento da área do Recanto dos Pássaros e a população antes lá residente tem o custeio de seus exames e do tratamento médico quitado pela Shell. Resta, agora, que as empresas tratem de seus trabalhadores e das crianças nascidas após a exposição de seus pais aos contaminantes, situação que requer medidas, neste momento, mais do que urgentes".

A juíza ainda destaca que a determinação já deveria ter sido feita pela Justiça há mais tempo. "É justamente essa irregularidade que se pretende corrigir com a concessão da presente antecipação de tutela que, há tempos, diga-se, já deveria ter sido deferida, mas que ficou no aguardo das tratativas de acordo entabuladas pelas partes, sem êxito, entretanto", sustenta a sentença.

A água dos poços artesianos sempre foi consumida na localidade até a empresa Shell passar a fornecê-la por meio de caminhões tanques ou tubulações. Com isso, segundo relatório do Cerest, há grandes possibilidades de que a população de trabalhadores exposta aos contaminantes ambientais apresentem um risco adicional de adoecimento no decorrer de suas vidas.

"No curso desses anos, todos nós, cidadãos, pagamos pelo tratamento que hoje é concedido tão-só pelo SUS (Sistema Único de Saúde) aos trabalhadores contaminados, com as limitações que lhe são inerentes, e que não lhe permitem a realização de exames e de tratamentos necessários à manutenção de um mínimo de bem-estar e dignidade. A conta é quitada pelos cofres públicos, por recursos de cidadãos que não usufruíram dos lucros exorbitantes gerados em favor das rés, durante décadas, inclusive com a fabricação desses produtos que já se sabia tóxicos", escreveu a juíza.

A decisão estabelece que os planos de saúde vitalícios contratados não podem ter qualquer carência, devem possuir abrangência nacional e permitir coberturas de consultas, exames, todo o tipo de tratamento médico, nutricional, psicológico, fisioterapêutico e terapêutico, além de internações. Este direito deve ser garantido, de acordo com a juíza, em favor de todos os trabalhadores, quer tenham sido seus empregados ou empregados das empresas por elas contratadas. Estão incluídos aqueles contratados como autônomos.

Há ainda previsão de que as empresas Shell e Basf devem dar publicidade ao fato. Deve existir o anúncio na primeira página dos maiores jornais do país e nas três emissoras de TV de maior audiência, a fim de tornar pública a decisão aos beneficiários, alertando-os sobre seu direito adquirido.

A Shell e a Basf podem recorrer da decisão. No entanto, até que ela seja revertida, as rés devem cumprir a decisão, sob pena de multa diária fixada em R\$ 100 mil por dia de atraso, reversível ao FAT.

#### Provas

A exposição das pessoas junto às substâncias contaminantes presentes no local da fábrica estudada há anos e está vastamente documentada nos autos do processo. Instituições como Unicamp, MPT, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, CUT, Cedec, Dieese, Unitrabalho e a empresa holandesa Haskoning/IWACO — contratada a pedido da própria Shell — deram seus pareceres quanto ao caso.

Em razão de um termo de ajustamento de conduta firmado perante a Promotoria do Trabalho em 2007, o Cerest (Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador) de Campinas examinou

69 ex-trabalhadores das empresas acusadas e enviou um relatório, juntado aos autos do inquérito, sobre os atendimentos realizados. O resultado apontou uma média de seis diagnósticos por indivíduo analisado.

Dos 17 casos de neoplasia diagnosticados, 10, ou seja, 58,8% foram de neoplasia maligna, chamando atenção os casos de cânceres de próstata e de tireóide. Houve ainda um caso de síndrome mielodisplásica. Quanto às doenças endócrinas, o Cerest verificou que 67,9% dos diagnósticos foram dislipidemias somadas às doenças da glândula tireóide.

Dos 34 casos de doenças do aparelho circulatório, 21 foram casos de doenças hipertensivas. Dentre as doenças do aparelho digestivo, destacaram-se as doenças do fígado, além da ocorrência de casos de doença diverticular do cólon e um caso de metaplasia intestinal em esôfago. Em 30 casos houve predominância de lesões por esforços repetitivos, enquanto 56 ex-trabalhadores apresentaram problemas sérios no aparelho gênito-urinário.

#### Histórico

No final da década de 70, a Shell instalou uma indústria química nas adjacências do bairro Recanto dos Pássaros, em Paulínia. Em 1992, ao vender os seus ativos para a multinacional Cyanamid, começou a ser discutida a contaminação ambiental produzida pela empresa na localidade, até que, por exigência da empresa compradora, a Shell contratou consultoria ambiental internacional que apurou a existência de contaminação do solo e dos lençóis freáticos de sua planta em Paulínia, interior do Estado de São Paulo.

A Shell foi obrigada a realizar uma auto-denúncia da situação à Curadoria do Meio Ambiente de Paulínia. Disso, resultou um termo de ajuste de conduta. No documento, a empresa reconhece a contaminação do solo e das águas subterrâneas por produtos denominados aldrin, endrin e dieldrin, compostos por substâncias altamente cancerígenas — ainda foram levantadas contaminações por cromo, vanádio, zinco e óleo mineral em quantidades significativas.

Após os resultados toxicológicos, a agência ambiental entendeu que a água das proximidades da indústria não poderia mais ser utilizada, o que levou a Shell a adquirir todas as plantações de legumes e verduras das chácaras do entorno e a passar a fornecer água potável para as populações vizinhas, que utilizavam poços artesianos contaminados.

Mesmo nas áreas residenciais no entorno da empresa foram verificadas concentrações de metais pesados e pesticidas no solo e em amostras de água subterrâneas.

A Cyanamid foi adquirida pela Basf, que assumiu integralmente as atividades no complexo industrial de Paulínia e manteve a exposição dos trabalhadores aos riscos de contaminação até 2002, ano em que os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego interditaram o local, de acordo com decisão tomada em audiência na sede do MPT. Apesar do recurso impetrado pela Basf, a interdição foi confirmada em decisão do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região. Em 2005, o Ministério da Saúde concluiu a avaliação das informações sobre a exposição aos trabalhadores das empresas Shell, Cyanamid e Basf a compostos químicos em Paulínia. O relatório final indicou o risco adicional aos expostos ao desenvolvimento de diversos tipos de doença.

#### Serviço

Aurélio Okada, advogado de uma das co-autoras (Instituto Barão de Mauá), afirmou que segundo a decisão, os interessados para obterem o benefício deverão - no prazo único de 90 dias – encaminhar emails (habilitação eletrônica) para qualquer um dos co-autores da ação coletiva que prestarão atendimento gratuito.

O endereço eletrônico do Instituto Barão de Mauá é [ibaraomaua@gmail.com](mailto:ibaraomaua@gmail.com).

Okada informa que os interessados deverão indicar no assunto do email “HABILITAÇÃO SHELL/BASF” e mencionar na correspondência eletrônica as seguintes informações: (1) nome; (2) período laborado; (3) empresa contratante; (4) CPF; (5) RG; (6) data de nascimento; (7) nome dos pais. Também deverão encaminhado cópia da CTPS ou contrato e do RG. Aqueles que não puderem mandar os arquivos em formato PDF, poderão encaminhar pelo fone-fax 011 2091-3898. ULTIMA INSTANCIA

Justiça considera acidente de trabalho lesão em jogo de futebol de empresa

Um funcionário dos Correios que sofreu lesão no joelho após uma partida de futebol promovida pela empresa receberá auxílio-acidente por redução da capacidade de trabalho. A decisão é da 9ª Câmara Cível do TJ-RS (Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul), ao considerar evidente que o empregado foi convocado pela empresa, mesmo que para uma atividade recreativa de integração. De acordo com informações do tribunal gaúcho, o autor da ação afirmou ter fraturado a articulação do joelho, tendo sido submetido a três cirurgias para reconstrução do ligamento e introdução de dois pinos, e que o fato foi reconhecido como derivado de trabalho.

“Embora a função do autor nos Correios fosse a de motorista executante operacional e não jogador de futebol profissional, considero que o acidente narrado ocorreu no exercício da atividade laboral, em virtude de o autor estar representando o time da empresa”, afirmou o relator do pedido, desembargador Odone Sanguiné.

O magistrado afirmou ainda que a diminuição da capacidade de trabalho é sustentada pela avaliação de especialista que apontou artrose moderada no joelho ferido, atrofia da coxa e recomendou que o trabalhador não praticasse atividades que exigissem levantar peso excessivo.

De acordo com a decisão, ocorrida em 17 de dezembro de 2008, o início do pagamento do benefício deverá ser o dia seguinte ao término do auxílio-doença acidentário, conforme expresso na Lei 8.213/91 e, ainda, que o valor do auxílio-acidente seja equivalente a 50% do salário-de-benefício. A correção monetária será pelo IGP-DI, a contar dos vencimentos, e os juros moratórios de 12% ao ano, a partir da citação.

Ele ainda queria ser reparado por posterior contusão na coluna, que alegava derivar da atividade exercida na empresa, pedido negado pelos desembargadores do TJ com base em laudo médico que apontou que o problema tinha causas degenerativas. ULTIMA INSTANCIA

## Frente promete mobilização pelo piso dos professores em 2009

Laycer Tomaz

Fátima Bezerra: frente quer o retorno do conteúdo original da lei sobre o piso.

A Câmara teve papel fundamental para a criação do piso salarial nacional dos professores, em vigor desde o início deste mês. E deve continuar mobilizada, em 2009, para garantir o cumprimento da legislação por governos estaduais, municipais e federal. Essa é a promessa da deputada Fátima Bezerra (PT-RN), presidente da [Frente Parlamentar](#) em Defesa do Piso Salarial dos Professores. Com valor de R\$ 950, o piso foi aprovado pela Câmara em maio de 2008 e se transformou na Lei 11738/08, sancionada pelo presidente da República em julho do ano passado. O piso beneficia aproximadamente 800 mil professores do ensino público infantil, fundamental e médio de escolas federais, estaduais e municipais.

Em dezembro passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou, em caráter liminar, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI](#)) contra a lei movida pelos governadores de Mato Grosso do Sul, Ceará, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. O STF considerou constitucional a lei que determina o piso.

Vencimento básico

Entretanto, o STF suspendeu três dispositivos da lei. O primeiro deles é o que determina o uso do vencimento básico como referência para o piso - ou seja, o valor de R\$ 950 não inclui as gratificações recebidas pelo professor por sua formação, como o adicional por especialização ou mestrado e doutorado.

A Lei 11738/08 estabelece que, no primeiro ano de vigência, as gratificações podem ser incluídas no cálculo para o piso. A partir de janeiro de 2010, contudo, o piso abrangerá apenas o salário básico. O STF decidiu que a inclusão das gratificações pode continuar sendo feita pelos governos até haver uma decisão final sobre o mérito do assunto, o que ainda não tem data para ocorrer.

Sala de aula e prazo

A maioria dos ministros do STF também decidiu suspender a previsão de cumprimento de, no máximo, dois terços da carga dos professores no desempenho de atividades em sala de aula. A lei determina que um terço da jornada seja destinada a atividades extra-classe, como cursos de

atualização e preparação de aulas. A suspensão também vale até o julgamento final da ação pelo STF.

Por fim, os ministros determinaram que o piso passasse a valer a partir de 1º de janeiro de 2009. A lei determina que os valores deveriam ser pagos desde janeiro de 2008, o que obrigaria os governos a pagar os retroativos.

Mérito

Fátima Bezerra disse que a frente parlamentar quer o retorno do conteúdo original da lei, especialmente em relação à inclusão das gratificações no piso. "O piso virou teto, pois inclui também as gratificações, além do vencimento básico", afirmou.

A expectativa dos parlamentares, segundo Fátima Bezerra, é a de que o STF vote ainda em 2009 o mérito da lei. Para ela, a questão das atividades extra-classe é outro item que precisa ser retomado nas discussões entre trabalhadores, deputados, governadores e os ministros do STF: "É uma questão de princípio, pela natureza do trabalho, que exige muita reflexão; o professor não pode abrir mão de ter um tempo destinado para atualização didática e profissional. Isso é um pressuposto para a atividade docente."

Segundo ela, os ministros mostraram ter compreensão da importância do piso como uma política de valorização do ensino básico; por isso, a decisão do STF causou surpresa aos integrantes da frente, apesar de a votação não ter sido unânime. "Evidentemente, os governadores fizeram pressão sobre os ministros, mas o reconhecimento da constitucionalidade da lei já foi uma vitória", avaliou a deputada. AGENCIA CÂMARA

### TVs comunitárias querem apoio estatal para garantir espaço no sinal aberto

Observatório do Direito à Comunicação

Criadas com a regulamentação da TV a Cabo em 1995, as TVs Comunitárias vêm por quase 15 anos lutando para conquistar espaço nos canais abertos, onde predominam as grandes redes comerciais. A transição da TV analógica para o sistema digital, em curso no Brasil desde de dezembro de 2007, abre a possibilidade de superação deste obstáculo pode estar próxima. No entanto, para que isso aconteça, é necessário um forte apoio do governo federal e dos outros órgãos do Estado.

Esta foi a principal conclusão do 6o Congresso da Associação Brasileira de Canais Comunitários (Abccom), realizado nos dias 20 e 21 de dezembro em São Paulo. O encontro debateu como os canais comunitários devem entrar no novo ambiente da TV digital e os caminhos para garantir esta presença. "A chegada da TV digital é uma oportunidade pelo fato deste novo sistema multiplicar canais e abrir espaços para novos agentes. Para que isso ocorra, as políticas públicas relacionadas à transição para esta nova tecnologia devem incluir as TVs comunitárias. Vamos fazer esforço para encorajar o governo em direção à abertura de espaços para a TV Comunitária neste novo ambiente", afirmou Beto Almeida, presidente da TV Cidade Livre, de Brasília.

Para obter êxito nesta empreitada, as TVs comunitárias vão buscar junto ao governo e às emissoras públicas espaços em seus canais digitais. Em novembro, foi assinado um protocolo para a construção de uma infra-estrutura comum de transmissão envolvendo as TVs Brasil, Câmara, Senado e Justiça, além do Ministério da Educação e do Ministério das Comunicações, que ficará responsável pelo Canal da Cidadania previsto no Decreto que criação do Sistema Brasileiro de TV Digital Terrestre (SBTVD-T).

É este canal a chance mais provável de as TVs comunitárias passarem a participar do sistema de televisão aberta até o momento. Todavia, representantes do Ministério das Comunicações já declararam que ele não será a simples transição destas emissoras para o sinal aberto, mas sim que o Canal da Cidadania deverá incorporar conteúdos delas em parte de sua programação. Nos bastidores, os responsáveis pelo projeto na pasta têm afirmado que tal participação deverá se dar com a veiculação de cerca de três horas diárias da grade do novo canal.

"A participação no Canal da Cidadania em tempo integral será muito difícil, porque ele é dedicado a outras finalidades previstas no decreto, como os legislativos locais, e tende a haver uma concorrência pelo horário", especula Paulo Miranda, 1o vice-presidente da Abccom. O Decreto

5820/2006, que criou o SBTVD-T, estabelece que o canal da cidadania deve, além de veicular as atividades da comunidade local, assegurar a “divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal”.

Frente a este quadro, uma alternativa seria pleitear uma das programações do Canal da Cidadania para as TVs comunitárias. “Para nós, o melhor seria correr em raia própria, aproveitando o espaço criado por esta infra-estrutura comum das TVs públicas, que deve ampliar fortemente seu alcance até 2010”, acrescenta Miranda. Como o congresso da Abccom não chegou a uma resolução sobre o assunto, as emissoras associadas deverão finalizar uma proposta nos próximos meses para apresentar ao governo.

#### Parcerias

Outro caminho aventado é a busca de espaço nos canais digitais das emissoras públicas. Em uma das mesas, dirigentes das emissoras comunitárias defenderam que a TV Brasil abrigue no seu canal digital as TVs comunitárias como uma das programações. A sugestão foi recusada pelo representante da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mantenedora da TV Brasil, presente ao Congresso, José Roberto Garcez.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, anunciou que tentará, em seus últimos dias no cargo, articular uma parceria entre as emissoras comunitárias e a TV Câmara para a veiculação de conteúdos produzidos por aquelas na emissora da casa legislativa. “Quem sabe através da TV Câmara a gente possa também abrir um espaço para as TVs comunitárias, instrumentos importantes para a democratização da informação”, disse Chinaglia.

Para o presidente eleito da Abccom, Edivaldo Farias, as possibilidades de parceria são sinais positivos de importantes avanços no ano de 2009. “Estas parcerias propostas pela TV Câmara e pela TV Brasil são ótimos sinais que, no ano de 2009, nós estaremos no sinal aberto na TV digital”, avaliou.

Em suas falas durante o congresso, ele repetiu a recorrente crítica do setor sobre a contradição das TV comunitárias, que devem atender a comunidade, estarem restritas apenas ao cabo, estando limitadas apenas às pessoas que podem pagar por este serviço.

#### Regulamentação

Como não existe na legislação a figura de TV comunitária na radiodifusão aberta que possa embasar legalmente a presença destas emissoras na TV digital, a Abccom também deve voltar seus esforços à intervenção no Congresso Nacional neste ano. Durante o congresso, foi discutida uma proposta de lei, elaborada pelo engenheiro e pesquisador na área Takashi Tome, para instituir no marco regulatório da comunicação o serviço de televisão comunitária.

O texto prevê um serviço com cobertura máxima dos limites geográficos do município, mas que poderia ser desmembrado para operar em uma área menor. A definição da área de operação ficaria a cargo de Conselhos Municipais de Comunicação e a outorga seria dada pelos poderes municipais.

Os canais seriam operados por entidades criadas para tal fim, compostas por associações de bairro, sindicatos, escolas públicas e organizações não-governamentais (ONGs).

A programação privilegiaria o debate sobre os temas locais, garantindo a pluralidade de visões e opiniões no jornalismo e nos outros tipos de programas. O financiamento seria feito por meio de publicidade, patrocínio e apoio cultural que poderiam ser dados apenas por micro e pequenas empresas, órgãos estatais e organizações não-governamentais.

#### Nova diretoria

Segundo Paulo Miranda, o congresso conseguiu qualificar a organização da Abccom, definindo uma agenda para o ano e elegendo uma nova diretoria. Ela é composta por Edivaldo Farias, da TV Com de Belo Horizonte, como presidente; Paulo Miranda, da TV Cidade Livre de Brasília, como 1o Vice-Presidente; Lilia Gallana, da TV Comunitária de São Paulo, como 2a Vice-presidente; e Oscar Plentz, da TV Comunitária de Porto Alegre, como Secretário-Geral. “Nosso desafio agora é dar maior organicidade, melhorar a organização e a mobilização das TVs comunitárias”, aponta Miranda.

[Fenaj quer retomar debate sobre Conselho de Jornalistas](#)

Coletiva.net

O polêmico projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) pode ser retomado neste ano. O objetivo, segundo o primeiro vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Celso Schröder, é elaborar uma proposta a partir de um debate não apenas com a categoria, mas com diversos segmentos da sociedade. “O debate será feito sob outra ótica. Queremos desmanchar a ideia de ser uma ação corporativa”, afirmou.

Em 2004, veículos, políticos e entidades – como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Diários do Interior do Rio Grande do Sul (ADI RS) – se demonstraram contrárias à criação do CFC. A Casa Civil da Presidência foi acusada de ter alterado “para pior” o texto encaminhado pela Fenaj, com o objetivo de controlar os meios de comunicação. O temor de um possível cerceamento à liberdade de imprensa e impediu o andamento do projeto.

Em 2009, de acordo com Schröder, o projeto virá com outro nome: Conselho de Jornalistas. E suas atribuições se limitarão à aplicação do Código de Ética e fiscalização da atividade. “O Conselho será uma forma de organização da atividade assim como a OAB é para os advogados”, disse. Os planos da entidade para este ano também incluem a intensificação da luta pela regulamentação da profissão de jornalista. Para Schröder, a atuação da entidade e conseqüente mobilização da sociedade geraram “um clima extremamente positivo, embora a cautela do Supremo Tribunal Federal quanto ao prazo para julgamento”. A expectativa, segundo ele, é de que o STF reafirme a lei, pois “a opinião pública na qualidade de formação dos jornalistas um benefício para a sociedade”.

Outra meta da Fenaj é criar, em março, um grupo de trabalho para “pensar” a I Conferência Nacional de Comunicação. A previsão é de que entre junho e dezembro se realizem conferências estaduais para discutir a comunicação brasileira e, em dezembro, ocorra a conferência final, em Brasília, no Congresso Nacional.

### [Ibope aponta Record como segundo lugar na audiência na média de 2008](#)

Portal Imprensa

A Rede Record divulgou, nesta quinta-feira (8), crescimento de 18% em seu índice de audiência se comparado ao ano de 2007. De acordo com pesquisa feita pelo Ibope Media Workstation, a emissora obteve o segundo lugar na audiência se considerada a média de 2008. Segundo o instituto, a Record teve média de 7,3 pontos no ano contra 6,4 do terceiro colocado, o SBT.

Apesar de se manter a maior parte do ano como segundo lugar na preferência do público, a Rede Record viu sua posição ameaçada pelo SBT que a ultrapassou nos meses de agosto e setembro. Durante estes dois meses, a emissora de Silvio Santos marcou 6 pontos contra 5 da Record.

Procurada pela reportagem do Portal IMPRENSA, a assessoria da Rede Record disse que não se pode considerar a média de dois meses de bom desempenho para estabelecer qual das emissoras foi segundo lugar na audiência; é preciso utilizar a média anual para determinar quem ficou com o segundo lugar.

### [Sindicato do Piauí pede fiscalização em empresas de comunicação](#)

Comunique-se

O Sindicato dos Jornalistas do Piauí irá encaminhar, na próxima semana, documento à Delegacia Regional do Trabalho e à Procuradoria Regional do Trabalho pedindo que as empresas de comunicação do Estado sejam fiscalizadas. A intenção é coibir o exercício ilegal da profissão. “Para que a pessoa exerça a função de jornalista, ela deve ter o registro profissional”, afirma o presidente da entidade, Luiz Carlos de Oliveira.

Segundo Oliveira, o debate em torno da exigência ou não do diploma que está sendo travada no Supremo Tribunal Federal não inviabiliza a iniciativa.

“Mesmo assim as pessoas precisam do registro profissional no Ministério do Trabalho”, explica.

Além do exercício ilegal da profissão, o sindicato pede que sejam fiscalizados os casos de desvio de função – jornalistas que exercem outras funções e outros profissionais que exercem o jornalismo – e os contratos de estágio.

É a segunda vez que tal requerimento é feito. Oliveira diz que no ano passado vários problemas foram resolvidos e que, em consequência da iniciativa, as empresas estão sendo mais cuidadosas no momento da contratação.

“Nós queremos o diálogo. Se não der para resolver, vamos ao Ministério do Trabalho. Se não der jeito, encaminharemos o pedido à Polícia Federal, porque o exercício ilegal da profissão configura crime de falsidade ideológica”, diz Oliveira.

A Procuradoria Regional do Trabalho informa que não é sua atribuição fiscalizar a atuação das empresas. O pedido do sindicato deve ser encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho para que, após investigação, seja aberto processo. A assessoria da Procuradoria informa ainda que não existem ações sobre o exercício ilegal da profissão.

O Comunique-se não conseguiu entrar em contato com a Delegacia Regional do Trabalho nem com a Superintendência Regional do Trabalho.

### Jornalistas franceses entram em greve contra reforma em TVs públicas

Comunique-se

Jornalistas franceses entraram, nesta quarta-feira (07/01), em greve contra a reformulação que o governo de Nicolas Sarkozy começou a implementar na França. Duas das medidas mais polêmicas são o fim da publicidade nas rádios e TVs públicas e a interferência do governo na designação dos cargos executivos das emissoras.

Cerca de 18% dos funcionários da TV France 2 e TV France 3 entraram em paralisação, segundo a Agência Lusa.

(\*) Com informações da Agência Lusa.

### Mariza diz ao povo que fica

A secretária da Educação pretende redesenhar este ano carreira do magistério gaúcho

Depois de 20 dias de suspense, a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, foi confirmada ontem no comando da pasta pela governadora Yeda Crusius. – Mariza não vai deixar o governo. Tivemos uma conversa hoje (ontem) e acertamos a agenda para 2009 – disse Yeda em entrevista a Zero Hora.

A governadora afirma que o projeto do governo para a área da educação é “grande demais” e leva para o setor as realizações atingidas pela Fazenda, numa referência aos resultados fiscais. Nas negociações com o Banco Mundial, mudanças na carreira do magistério foram apresentadas pelo Piratini como contrapartida ao empréstimo de US\$ 1,1 bilhão.– Precisamos ter uma educação de qualidade para todos e isso é uma revolução, sem precisar pegar em armas. Na verdade, é preciso desarmar a população para poder fazer essa revolução – diz Yeda.

Com uma tranquilidade que contrastava com a tensão dos últimos dias, Mariza atribuiu a decisão à mobilização de líderes partidários, professores, secretários estaduais e empresários.– O “ficado” foi ela (Yeda) quem deu. Hoje é o Dia do Fico. Vocês sabem? – declarou Mariza, fazendo referência à data de 9 de janeiro (leia quadro nesta página).

Passava das 11h quando a secretária, recém-saída de uma reunião com Yeda no Piratini, informou aos diretores da secretaria a decisão de permanecer no cargo. Depois de almoçar no Restaurante Copacabana – comeu salada, entrecot e uma pequena porção de massa italiana e bebeu Coca-Cola Zero –, Mariza retornou ao Centro Administrativo às 14h. A pedido da governadora, ela reafirmou em entrevista coletiva a disposição de ficar e anunciou o cronograma de trabalho da secretaria:– As mudanças passam pela reformulação do plano de carreira. O elemento mais importante da qualidade da educação é professor de qualidade. Para a gente ter qualidade na educação, precisa ter uma estrutura de remuneração dos professores que os estimule.

A intenção de Mariza é construir o projeto até abril deste ano:– Como a gente discute essas coisas? A gente discute com a sociedade, vai envolvendo a Assembleia junto.

Antes do fim da coletiva, a secretária recebeu um buquê com duas dúzias de rosas vermelhas e uma mensagem dos funcionários da pasta.– Eles estavam mais nervosos que eu – repetia.

Na Assembleia, a permanência de Mariza foi saudada pelos governistas.– Ela está fazendo um bom trabalho. É de confiança da governadora e quer implantar um plano de carreira para os professores – disse o deputado Pedro Pereira (PSDB).

A oposição sustentou que Mariza não deixa claras suas propostas para o magistério.– Ela precisa abrir o projeto e abandonar o jogo da chantagem – disse o líder do PT, Raul Pont.

ALINE MENDES E LEANDRO FONTOURA

O Dia do Fico

> Pressionado pela corte portuguesa a retornar à Europa, no dia 9 de janeiro de 1822, em razão de suas inclinações liberais, o príncipe regente dom Pedro I resistiu e proclamou que permaneceria no Brasil, então colônia de Portugal. Sua frase foi:

– Se for para o bem do povo e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico.

No dia 7 de setembro daquele ano, dom Pedro proclamou a independência do Brasil frente a Portugal.

ZERO HORA

### Rosane de Oliveira - Veto já está no Diário Oficial

O veto da governadora Yeda Crusius ao projeto que anistiou os professores e servidores que fizeram greve e tiveram o salário cortado foi publicado ontem no Diário Oficial do Estado.

A secretária Mariza Abreu espera que a base aliada derrube o veto, o que aliados e opositores afirmam que não é fácil.– Acho que a gente precisa trabalhar para que ele não seja derrubado. Vamos ver o que acontece.

Mesmo que o veto seja mantido, nada impede o governo de cortar o ponto em futuras greves. ZERO HORA

### Expectativa de captação de até R\$ 10 bilhões

A autorização para que os trabalhadores apliquem parte de seus recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em infra-estrutura deve fazer com que o Fundo de Investimento (FI) FGTS capte até R\$ 10 bilhões. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente de Ativos de Terceiros da Caixa, Bolivar Moura. O FI FGTS foi criado em 2007 para garantir investimentos em obras nos setores de energia, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e saneamento com recursos do próprio fundo.

ZERO HORA

### 26 PMs são indiciados por tortura e morte

Vinte e seis PMs foram indiciados por tortura e morte em inquérito entregue ontem à Justiça pela 2ª DP de Alvorada.

A lista de indiciados inclui dois oficiais (um capitão e um tenente), seis sargentos e 18 soldados, integrantes do 24º BPM e do Serviço de Inteligência do Estado-Maior da Brigada Militar (PM2).

O caso aconteceu em fevereiro passado, quando os brigadianos capturaram um foragido na Vila Reprise, em Alvorada. Rogério Vieira da Silva, 34 anos, acabou morrendo horas depois no Hospital de Alvorada.– Foram indiciados todos os PMs que participaram da operação. Afinal, mesmo não agredindo diretamente, foram coniventes – explica o delegado Marcos Antônio Machado.

Segundo ele, a perícia concluiu que Rogério morreu devido à perda de consciência provocada por prováveis pancadas na cabeça com algum objeto contundente. Além da lesão cerebral, Rogério tinha marcas de pancadas pelo corpo.

Um inquérito policial-militar inocentou os PMs.– O IPM apurou que a morte do preso não foi decorrente da ação policial – afirmou o tenente-coronel Carlos Hirsch.

Os brigadianos afirmaram que os ferimentos foram provocados pela fuga de Rogério. Disseram que ele se jogou contra os tijolos do muro em construção. Rogério era suspeito de participar da

quadrilha de José Carlos dos Santos, o Seco, especializada em roubos a carro-forte. Em dezembro de 2007, foi acusado pelo assassinato do sargento Marcelo Centeno, 39 anos, em Santa Maria.  
ZERO HORA

#### Yeda garante carta branca e Mariza fica na Educação

Após se reunir com a governadora, secretária avisa: vai mexer na carreira

A secretária de Educação, Mariza Abreu, surpreendeu ontem ao anunciar em coletiva à imprensa a sua permanência no cargo. Ela atribuiu sua decisão a uma percepção de que existe a possibilidade de o cenário social do Estado contribuir para a implementação de suas propostas ao magistério. Depois de encontro com a governadora Yeda Crusius, que ocorreu ontem, às 10h 30min, no Piratini, Mariza obteve apoio para dar sequência à elaboração do plano de reestruturação de carreira dos professores. 'Percebi uma mudança na mobilização social, após receber a manifestação de políticos, empresários, professores e até de pais de alunos pela minha permanência', afirmou. O desânimo refletido no semblante da secretária na quinta-feira, quando sua saída do governo estava praticamente certa, deu lugar a uma expressão mais aberta ontem. Ela acredita inclusive que poderá obter vitória na Assembleia e garantir a manutenção do veto da governadora ao projeto aprovado pelos deputados que autoriza o Executivo a abonar faltas do magistério e de outros servidores que participaram de greves. 'Não é batalha vencida. Vamos à luta', afirmou. A secretária não poupou críticas ao falar sobre o Cpers/Sindicato e uma iminente greve do magistério em março. 'Estou sempre disposta a buscar harmonia com a categoria. O Cpers, porém, não quer nenhuma mudança e os professores não possuem outra entidade que os represente', afirmou.

CORREIO DO POVO

#### Cpers mantém as críticas à secretária

A presidente do Cpers/Sindicato, Rejane Oliveira, afirmou ontem que a sua categoria não exigiu a saída da secretária de Educação, mas mantém as duras críticas a Mariza Abreu. 'A secretária implementa políticas de governo. E sua saída ou permanência não modificam essas políticas. Mas ela tem um perfil de conflito, que não negocia, não dialoga', afirmou.

Para Rejane, a permanência da secretária, depois de ter admitido que estava fora do governo, enfraqueceu Mariza. 'Ela permaneceu no governo porque fez uma negociata com a governadora. Ela precisou ameaçar abandonar o cargo para garantir suas políticas. A secretária do sai-não-sai volta ainda mais enfraquecida', avalia. Além de manter a ameaça de greve para o início do ano letivo, a dirigente garantiu que a categoria vai pressionar os deputados para derrubar o veto do governo ao abono do ponto dos grevistas.

CORREIO DO POVO

#### Prefeitura de Gramado demite 25 CCs

A Prefeitura de Gramado está demitindo 25 cargos em comissão (CCs), encerrando o acordo feito há dois anos com o vereador Gilnei Benetti (PT). À época, Benetti buscou na Justiça a redução de 149 CCs, por considerar o número de funcionários da prefeitura muito elevado. Atualmente, Gramado possui 150 CCs, sendo que a prefeitura é o maior empregador da cidade, com 824 funcionários entre concursados, estagiários e CCs.

CORREIO DO POVO

#### Piso do Magistério já vale

Professores da Educação Básica receberão em 2010 o valor integral do Piso Salarial Nacional para os Profissionais do Magistério público. Mas 'o piso já está em vigor, a partir de 1º de janeiro deste ano', acentuou o ministro da Educação, Fernando Haddad. O Piso Nacional está previsto na Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008.

Questionado por alguns governadores, entre os quais Yeda Crusius, do RS, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) manifestou-se sobre a questão e, de acordo com Haddad, pacificou o entendimento de como aplicar o valor previsto na lei, já em 2009,

de maneira que todos os professores da Educação Básica pública passem a ser beneficiados imediatamente. Outras questões previstas na lei que estabelece o piso, como o cumprimento da carga horária dos professores para desempenho de atividades em sala de aula, ainda dependem de decisão do STF.

A partir deste mês, caso o professor ganhe menos do que o estabelecido pela lei – R\$ 950,00 – deverá receber a mais dois terços da diferença entre seu salário de dezembro e o valor do piso. 'Se recebeu R\$ 650,00 de salário em dezembro, a diferença é de R\$ 300,00. Ele terá que receber dois terços dessa diferença. Portanto, o salário mínimo desse professor em janeiro será de R\$ 850,00', exemplificou Haddad.

O valor de no mínimo R\$ 950,00 para profissionais com formação em nível Médio/modalidade Normal, com jornada de 40h semanais, deve ser pago integralmente em 2010. 'Entre os professores em exercício, 40% ganhavam, em dezembro, menos que o piso fixado.' Na visão de Haddad, o salário inicial é fundamental para atrair jovens talentos à carreira e motivar o professor.

CORREIO DO POVO

#### Professores farão ato no Cassino

O 6º Núcleo do Cpers/Sindicato vai realizar, no próximo dia 14, no balneário do Cassino, uma Atividade em Defesa dos Serviços Públicos. A concentração será às 18h30min, em frente à Igreja Sagrada Família, na avenida Rio Grande. A ação, que terá a participação da direção central do Cpers, consistirá em panfletagem com esclarecimento sobre a atual situação das escolas e dos trabalhadores em Educação do Estado. A meta é mobilizar a categoria para março, data em que o governo do Estado deverá promover mudanças nos planos de carreira dos trabalhadores em Educação.

A diretora do 6º Núcleo do Cpers, Rita Marta Caldas, disse que neste mês o sindicato vai realizar várias atividades como esta nas praias, já que nesta época, é onde está a maior concentração de pessoas. Também estão previstas ações no Laranjal, Osório, Tramandaí e Torres.

No dia 12 de fevereiro, será realizado um Encontro Estadual de Educadores, em Porto Alegre, durante todo o dia, e no qual será discutida a mobilização da categoria para todo o ano letivo de 2009.

CORREIO DO POVO

#### EUA elimina 2,6 milhões de postos

Washington — A economia americana eliminou 2,6 milhões de empregos em 2008, segundo dados divulgados ontem pelo Departamento de Trabalho, no maior corte de vagas desde 1945, fim da II Guerra Mundial, quando o país perdeu 2,8 milhões de postos de trabalho. Quase 2 milhões de postos de trabalho foram extintos apenas nos últimos quatro meses do ano.

O índice de desemprego acumulado em 2008 (7,2%) é o nível mais alto desde janeiro de 1993. A situação é 'muito grave' e exige 'medidas imediatas', afirmou o presidente eleito, Barack Obama. Segundo ele, sua equipe fez 'progressos' nas discussões com o Congresso para a adoção, o mais rápido possível, do plano de estímulo da economia, que poderá custar quase 800 bilhões de dólares.

CORREIO DO POVO

#### Petrobras vai verificar suspeita de propina

A Petrobras divulgou nota informando que vai verificar as informações a respeito de suspeita de propina levantada por uma investigação na Califórnia (EUA). A companhia foi citada em um documento do Departamento de Justiça americano, como uma das estatais que teriam pago propina a uma fabricante de válvulas americana. A Petrobras afirma que se pronunciará sobre o caso quando estiver 'plenamente informada sobre os fatos'.

CORREIO DO POVO